



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 09/2022
5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

A T A nº 09/2022

Aos dez de novembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **5ª sessão extraordinária de 2022**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 28/2022, de 31 de outubro.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Requerimento do Grupo Municipal do PS – Proposta de destituição do Presidente da Assembleia Municipal do Seixal.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe, Nuno Filipe Oliveira Graça e Rafael Fortes Louro.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal; Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldes Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha.

Independente: Henrique Martins Rodrigues.

Independente: Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes.

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, Corroios, Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo, Hugo Ricardo Monteiro Constantino, Rui Miguel Pereira Santos e Maria João Filipe Costa.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Alexandre da Conceição Silva, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Liliana Ângela Sequeira da Cunha, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira e Bruno Miguel Machado Vasconcelos.

A Sessão teve início cerca das 20:48.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A todos os eleitos, não são todos mas temos quórum. E temos os procedimentos administrativos também concluídos, portanto, vamos iniciar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Pedia que tomassem os vossos lugares. Bom. Vamos começar. Portanto, sem interrupções, portanto, cumprimentar o senhor presidente da Câmara, senhores e senhoras vereadores, senhores eleitos. Cumprimentar a população que está connosco e também um cumprimento à mesa, aos trabalhadores da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Portanto, a folha de presenças depois vai circulando, está bem? Para não interromper... e circulamos a seguir, está bem? Bom, se está tudo bem aqui também. Sim senhor. Muito bem. Está a questão logística também resolvida, não é? Está. Ok. Obrigado. Obrigado. Obrigado. Portanto, está...sim senhor. Esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal foi convocada a partir do requerimento do grupo municipal do PS, apresentado no dia 27 do 10. A convocatória tem data de 31 do 10... a 4 do 11. Cumprindo os prazos regimentares. A mesa da Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências próprias, reuniu no dia 31 do 10, de 2022, claro. Apreciou e entrada do requerimento e decidiu pela sua admissão e consequente convocatória da sessão extraordinária. A mesa, no entanto, considerou, que subsistem legítimas dúvidas no que se refere à determinação do número de eleitos suficientes para a aplicação do artigo décimo sétimo do regimento, número um, alínea b) que define que a Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária a requerimento de um terço dos seus membros. Trata-se de matéria que, necessariamente importa, por regular no curto prazo, no quadro de elaboração do regimento para o mandato de 2021-2025, estando a ser ultimada a proposta que irá ser submetida a apreciação das partes. A decisão da Mesa da Assembleia Municipal, com a reserva já referida, tendo em conta a proposta de requerimento do, do PS e apreciação da destituição do presidente da Assembleia Municipal, foi, portanto, no sentido de garantir, com isenção e democraticidade a pronúncia dos eleitos deste órgão. Sendo assim, passamos para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é o período aberto à população.

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, a senhora Ana Paula Ferreira, se faz favor.

Sra. Ana Paula Ferreira disse: “Boa noite senhores Presidente, senhores membros da Assembleia Municipal e legítimos senhores munícipes aqui presentes. A minha intervenção pode, para alguns, ser uma matéria nova, mas para outros será, de certo, um...que em outubro de 2017, e já passaram 5 anos, vejam só! Que em outubro de 2017, dizia eu, se deu início ao que culminou com a entrega de uma petição na Assembleia da República e consequente discussão em sede de Assembleia sobre as queixas e pretensões que os utentes da travessia entre as duas margens do Tejo e, muito em concreto, entre o Seixal e o Cais do Sodré, pretendiam ver satisfeitas. Cronologicamente, a 8 de fevereiro de 2018, na Assembleia da República, foi entregue uma petição que, posteriormente, foi aceite e estudada, com consultas públicas por parte da Comissão que a acolheu e resultou, quero crer que para isso ajudámos, com a Resolução do Governo à época, para que se constituísse um concurso público, para a aquisição de mais navios. Dez! Ao que a empresa Transtejo faz, ainda hoje, questão de publicitar. No sentido de renovação da frota. Pois bem. Esta seria uma história com um final feliz, não fosse o caso de, ao fim de cinco anos do início desta demanda, e três anos após a resolução governamental, estarmos na mesma situação, ou pior. Uma vez que os novos navios ainda não começaram a fazer as referidas travessias, parece que agora são invocadas questões a serem ultrapassadas com o fornecimento das baterias elétricas e, como



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

estão a fazer-se, em conta, ou cada vez mais velhos, as supressões de carreiras são constantes. Como aconteceu nos últimos meses e nas últimas semanas, inclusive hoje, não é? E vai continuar. Pois só disponibilizam um navio para fazer a travessia entre o nosso município e Lisboa. Utilizar a travessia do comboio da ponte é, garanto-vos eu, que já o fiz em hora de ponta, um sufoco físico e psíquico, com as pessoas a irem de pé e literalmente compactadas umas contra as outras, sendo quase impossível conseguir sair nas primeiras estações depois de atravessar a ponte. Porque percorrer a distância onde nos encontremos, até à porta, é condicionada por uma massa humana compacta e pela obstrução de quem não quer sair para dar lugar à saída dos outros, com receio de depois já não conseguir voltar a entrar na composição. Tal é o grau de caos que se instala nesses momentos. No mínimo é desumano. Nada que se possa admitir, em que tempo for, seja em época de pandemia, pós pandemia, ou no que mais se possa imaginar. O que, o que é que cada um de vós pretende fazer sobre isso? Para início de alguma resolução, sugiro-vos, quiçá em coletivo, para melhor enriquecer os sentimentos e pareceres que essa experiência vos desperte, a utilizarem o comboio da Fertagus em hora de ponta em dias de supressão das carreiras fluviais. Confesso-vos que eu desisti. A minha constituição física e idade já não permitem tamanha violência. E é de violência que, de facto, se trata. Há agressões verbais, e só não sei se existirão também agressões físicas porque, como já disse, deixei de utilizar comboio como opção alternativa em hora de ponta, quando existem perturbações na circulação fluvial. Entrar no meu serviço às 8 horas, não deixa outra escolha do que circular em hora de ponta. Para além da alternativa do uso do comboio a do uso de viatura própria é manifestamente a menos adequada, por razões que a todos são óbvias, e é a do ponto de vista ecológico como contribuição para o maior caos no tráfego de Lisboa, poupando-vos a melhores considerações agora, sobre este assunto. Muitas das pessoas que faziam a travessia fluvial, vão desistindo de a fazer a vão utilizando o comboio e contribuindo para o sufoco que acabei de vos retratar. Dessa forma, aparentemente, a ideia com que podem ficar é de que a travessia fluvial é pouco utilizada, porque os utentes vão, gradualmente, canalizando para a outra opção, que, do ponto de vista logístico não é a mais eficaz, e porquê? Porque o Cais do Sodré é uma estação intermodal, com oferta de vários operadores de transporte: metro, carris, CP, num só local. E, no mais icónico centro da cidade de Lisboa. Isto se quisermos conceber que a necessidade de intercâmbio turístico entre o nosso município e outros da área metropolitana de Lisboa. Resta-nos pedir, a todos, que esta problemática seja, para vós, matéria de reflexão e posterior ação junto das entidades competentes para que as dificuldades que todos sentimos, sejam rapidamente ultrapassadas, como é de direito, face às declarações de intenção que a empresa Transtejo se compromete. Passo a citar, no caso, a missão é a “prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.” No que diz respeito à visão: “promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia entregue de transportes para a área metropolitana de Lisboa e ser reconhecido pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes. Valores: “os valores de natureza ética que regem a atuação da empresa e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes: respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios de não discriminação” (eu aqui recorro que, relativamente aos utentes da mesma empresa, no que diz respeito ao estacionamento, nós, no Seixal continuamos a pagar estacionamento, enquanto que outros, nomeadamente no Montijo, não o fazem.) “pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação, proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens. Integridade e ética na relação com utentes e fornecedores.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Melhoria constante do serviço, eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter, o esforço financeiro do Estado.” Resta-me então agradecer-vos a todos, pela disponibilidade e atenção que nos deram ao expormos uma situação que, para todos os munícipes deste concelho, não é, seguramente, motivo de orgulho. E para que continuemos a sentir que o lema “siga o nosso concelho” não sejam vãs palavras de ordem. Boa noite.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite a todos. Cumprimento os senhores eleitores da Assembleia Municipal, os senhores vereadores aqui presentes, os senhores trabalhadores que estão a dar apoio, a população presente e um cumprimento muito caloroso ao senhor presidente da Assembleia Municipal. Um homem com um percurso ímpar na vida deste município. Quer, primeiro, numa Assembleia de freguesia e depois na Câmara Municipal, primeiro enquanto vereador, depois enquanto presidente da câmara e agora presidente da Assembleia Municipal, mas também, representante dos Municípios na Associação Nacional de Municípios Portugueses, o que demonstra que o seu prestígio já vai muito além do concelho do Seixal e é uma pessoa reconhecida a nível nacional pela sua dedicação ao poder local. Sobre a questão que a D. Paula Ferreira aqui trouxe, é uma questão que nós estamos a monitorizar. Portanto, eu pedi para os serviços fazerem a monitorização com o tal o serviço da Transtejo e a informação que chegou é que, em setembro houve 5 dias com problemas. Em outubro 9 dias e neste mês de novembro já vamos em 3 dias com problemas. Isto não tendo havido greves. São os que me chegou D. Ana Paula. Estes são... o que me chegou e há até a nota “não tendo havido greve nestes dias mas por constantes avarias do único barco, o serviço é cancelado sem qualquer aviso prévio quando as pessoas, os munícipes chegam ao cais da Transtejo para embarcar, é que sabem que não há barco nesse dia.” Portanto, é uma situação que nós não podemos aceitar e que iremos, junto da Transtejo, pedir uma reunião para falar sobre isto. Há muito que foi anunciada a aquisição das tais embarcações. No outro dia um vereador dizia-me com alguma graça, sem ter graça nenhuma, que com os anúncios feitos pelo Governo devem vir uns 50 barcos para a Transtejo. Porque estão sempre a anunciar que os barcos vão chegar e que estão a fazer a encomenda de muitos barcos sem que os barcos cheguem... para fazer o serviço. Portanto, é uma situação que nos preocupa. Agradecemos a intervenção da população. É importante termos um contributo da população sobre estas situações. A D. Ana Paula, portanto, pode fazer-nos chegar, quando houver, portanto, as informações que temos, está a dizer que não são corretas. Quando houver dias em que não haja barco, pode-nos fazer chegar também essa informação. Desde segunda que não há? Isso nós sabemos, mas, D. Ana Paula, quando houver, mande-nos um email, uma comunicação. Eu já falo consigo parta fazermos, para nos ajudar nesse trabalho. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara. Não temos mais intervenções da população e passemos, em primeiro lugar, algumas informações e pedido de substituição da CDU. Paula Santos por Maria Odete Filipe e, bom e é esta, não é? É esta mesmo. E passamos então para o período de antes da ordem do dia

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Neste período temos um documento que é do Bloco de Esquerda, com uma recomendação de adesão ao programa cidades Fast-Track subscrita por Mário Macedo. Faz favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

II.1. O Grupo Municipal do BE apresentou uma “Recomendação de adesão ao Programa cidades Fast-Track”, subscrita por Mário Macedo”.

(Documento anexo à ata com o número 1).

Mário Macedo do BE disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Quero começar por cumprimentar a mesa e o executivo, os meus colegas eleitos e o público que está aqui presente, assim como também, os senhores que estão aqui connosco a dar-nos apoio. Ora bem. O Bloco de Esquerda traz-vos hoje uma recomendação de adesão ao programa das cidades fast track. A iniciativa das cidades fast track é uma parceria entre cidades e municípios a nível mundial que tem o apoio de quatro parceiros, também eles a nível mundial, nomeadamente, o programa das Nações Unidas... Cidades e municípios que aderem à Convenção de Paris, comprometem-se a atingir, numa fase inicial, a importante meta 90, 90, 90. Esta meta prevê que 90% das pessoas infetadas com VIH estejam diagnosticadas. Que 90% das pessoas com diagnóstico por VIH estejam em tratamento e também 90% das pessoas em tratamento estejam controladas com a carga viral suprimida. Numa segunda fase, este objectivo ambicioso, passa por atingir um número de zero novos casos de VIH e zero mortes relacionadas com VIH. É um programa que é alicerçado no princípio de transparência em que os dados referentes aos programas iniciados e as metas atingidas são partilhadas de forma a que outras cidades e outros municípios possam adotar as melhores práticas para também atingirem este importante objectivo. Como até no VIH significa também mais saúde para todas e todos nós. Até porque não nos podemos esquecer da influência que o VIH tem noutras doenças, nomeadamente a tuberculose. Ou seja, se conseguirmos controlar o VIH, também iremos controlar a tuberculose. Em Portugal, os municípios de Almada, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Porto, Portimão, Sintra, assim como a Região Autónoma da Madeira, já aderiram a este programa. Está na hora do nosso concelho dar também este passo em frente e aderir a este programa. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este documento. Armando Farias, se faz favor.

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado senhor presidente. Boa noite a todos os presentes. Saúdo o senhor presidente da assembleia. O presidente da mesa da Assembleia. O senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores. Os senhores eleitos, população e os trabalhadores da Autarquia. Dispensamo-nos de acrescentar, aquilo que já foi dito pelo senhor presidente da Câmara relativamente ao senhor presidente da Assembleia, mas quero reafirmar, em nome da bancada CDU, tudo aquilo que foi dito quanto ao desempenho do presidente da Assembleia e ao seu trabalho, ao longo destes anos, sacrifício e em favor das populações. Quanto à moção do Bloco de Esquerda, dizer o seguinte: a câmara já tem participado nas iniciativas, portanto, dessa instituição. A questão é colocada como recomendação à adesão, portanto, a essa entidade. Eu acho que é uma questão que a Câmara deve avaliar, porque, tendo participado nessas iniciativas, também é verdade que a Câmara, no âmbito da saúde, questões mais gerais, tem múltiplos projetos, tem muitas atividades. Basta ir ao site da Câmara Municipal, para ver a preocupação que a Câmara tem nesses projetos, nessa atividade constante. Incluindo também, nos aspetos que têm a ver com o VIH. Portanto, uma vez que há uma recomendação, nós vamos votar a favor, é uma recomendação no sentido de avaliar a adesão e nesse sentido nós vamos votar a favor, mas queremos fazer esta referência, não é? Não ficar entendido de que será uma adesão a essa Entidade por ausência de ação da Câmara na saúde em geral e nessa matéria em particular.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Muito tem sido feito em relação a estes projetos e também em relação ao VIH. Mas estamos de acordo com a recomendação. Será avaliado pela Câmara e nós votamos a favor dessa recomendação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais, não há pedidos de inscrição. Senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite mais uma vez. Portanto, a adesão a este programa já estava a ser pensado por parte da Câmara Municipal. Quando recebemos o convite estávamos no meio de uma pandemia e achamos que havia o combate às questões do Covid, que eram as mais importantes. Agora com a questão do Covid a ficar normalizada, esperemos nós, voltaremos novamente a analisar para vermos da possibilidade desta adesão. Aliás, já houve até alguns contactos com a associação que está a promover isto e iremos analisar e ter em consideração esta recomendação. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Senhor proponente, pretende intervir ainda, não? Muito obrigado. Então vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Portanto, podem baixar. Quem se abstém? Quem vota contra a recomendação do **Bloco de Esquerda** foi aprovada por unanimidade.

Aprovada a Tomada de Posição nº 83/XIII/2022 por unanimidade:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, esta parte do período da ordem do dia, antes da ordem do dia, há uma, ahhh Nuno, se faz favor. Se faz favor, Nuno. Se faz favor. E tem razão porque eu não perguntei. Faça favor.

Nuno Capucha do CH disse: “Muito boa noite a todos. É uma declaração de voto muito, muito breve. Esta questão da SIDA, antes de 2019 nós convivemos com outra pandemia. Havia um objetivo muito ambicioso que era acabar com a SIDA em 2030. E, embora eu não seja da, da área da saúde, como o Mário, infelizmente, a determinada altura da minha vida, lidei com muitas pessoas que contraíram esta doença e quero aqui deixar como declaração de voto que este, por melhores que sejam as intenções deste programa, ou de programas similares, ou de outras medidas que a Câmara Municipal do Seixal ou de outras Entidades venham a adotar, estarão sempre incompletas, se não visarem também uma mudança de comportamentos, sobretudo dos jovens. Repito, qualquer programa que seja desenvolvido, tem de levar isto em consideração. Disse.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, Nuno. Pergunto se há mais alguma declaração de voto? Não há declarações de voto, portanto vamos fazer um intervalo de dez minutos antes do período da ordem do dia.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos então entrar no período da ordem do dia. É um requerimento do grupo municipal do PS. Proposta de destituição do presidente da Assembleia Municipal do Seixal. Tendo em conta que o requerimento do grupo municipal do Seixal do PS propõe a apreciação da destituição do presidente da Assembleia Municipal do Seixal, entendo que, sendo eu o visado e no quadro das funções que me estão cometidas, dos princípios da isenção, imparcialidade e transparência, não devo dirigir este ponto, neste ponto, os trabalhos da sessão da Assembleia Municipal. Irei, naturalmente, permanecer na mesa, com inteira disponibilidade para o eventual esclarecimento de questões que forem suscitadas. Ressalvo que significa inteira disponibilidade e foi neste quadro que, por decisão da mesa, convoquei esta sessão da Assembleia Municipal. Mesmo quando as matérias suscitadas, pelo grupo municipal do PS, dizem, em boa parte, respeito a mandatos anteriores, eu, no meu caso, referindo-se a funções que exerci, enquanto presidente da Câmara Municipal do Seixal. Na verdade, este órgão não é competente para fiscalizar ou apreciar ou deliberar sobre exercícios da Câmara, em mandatos anteriores. Claro que politicamente sim. Estarei ao vosso inteiro dispor. Neste sentido, este ponto da ordem do dia, irá ser dirigido pelo senhor primeiro secretário da mesa Américo Costa, no qual, que a lei 75/2013 e o regimento consigna, neste caso, de substituição das funções do presidente da Assembleia Municipal. Senhor secretário, faz favor.

III – Período da Ordem do Dia.

III.1. Requerimento do Grupo Municipal do PS – Proposta de destituição do Presidente da Assembleia Municipal do Seixal.

O 1º Secretário assumiu a presidência da mesa.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito boa noite a todos. Muito obrigado, senhor presidente. Portanto, vamos retomar os nossos trabalhos. Isto é um ponto inédito. Naturalmente relevante. Penso que estaremos todos interessados numa participação empenhada, valorizadora do quadro social democrático da nossa Assembleia Municipal que eleva a sua função representativa e prestigiante. Agradeço, desde já, a todos, o total acolhimento. Valorizando e agradecendo o vosso contributo para a direção dos trabalhos. Portanto, iremos dar início a este ponto. É o ponto III.1. a requerimento do grupo municipal do PS. Proposta de destituição do presidente da Assembleia Municipal. Penso que será de elementar princípio, sugerir que o senhor Joaquim Gomes Cabral, primeiro subscritor, possa fazer a apresentação do, do tema relacionado por requerimento. [Ah.. é o Sr. Samuel Cruz] Sim, sim. Faça favor. Tem a palavra.

Samuel Cruz do PS disse: “Muito obrigado, senhor presidente, senhor presidente em exercício. Toda a mesa. Senhor presidente da Câmara. Senhores vereadores. Demais eleitos. a, população aqui presente. Os funcionários. Não sei se está aqui comunicação social, mas se estiver também os meus melhores cumprimentos, a todos. Antes do meu esclarecimento, dizer apenas isto e há uma nota... Eu não sei como é que isto hoje vai acabar, mas já vi como é que começou e a minha sensação é que não estou na mesma Assembleia Municipal onde costumo estar. E só... que foram dadas até agora, valeu a pena. Mas o que eu ia dizer é: o requerimento é subscrito pelo grupo municipal



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

do PS. A ordem das assinaturas foi absolutamente aleatória. A primeira intervenção é do Tomás Santos. A intervenção final do grupo municipal do PS serei eu que a farei. Muito obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Considerarei a vossa decisão. Então o senhor Tomás Santos, fará o favor de se dirigir à tribuna para usar da palavra.

Tomás Santos do PS disse: “Boa noite a todos. Senhor presidente, senhor presidente em exercício. Mesa. Executivo. Câmara Municipal. Restantes eleitos. População. Trabalhadores. Bom, eu queria fazer um primeiro introito. O Samuel já, já disse tudo, mas eu queria aqui, publicamente, dizer que me revejo, totalmente, nas suas palavras porque, independentemente de tudo, o que nós estamos aqui a fazer, é uma coisa séria, é uma coisa pública, não é uma coisa pessoal. E portanto, confesso que acho que já ganhámos alguma coisa hoje. Porque, ver, pela primeira vez, desde que eu sou eleito nesta Assembleia Municipal a democracia a funcionar com elevação. Isto é, com aqueles que participam dela, a perceber que darem o lugar a outro, assumirem uma postura de conciliação com a prossecução dos trabalhos só engrandece todos nós. Só isso já é um, um, um passo em frente. A primeira pergunta que devemos fazer, aqui, hoje. A primeira pergunta que devemos fazer é: porque estamos aqui hoje? A resposta é óbvia. Porque uma vez mais, a Câmara Municipal do Seixal é construtora de problemas, em vez de soluções. Foi assim em 2011, quando decidiu aceitar as condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos na renegociação de três contratos de empréstimo, sem submeter esses atos à aprovação da Assembleia Municipal e à fiscalização do Tribunal de Contas, o que conduziu a uma despesa pública ilegal. Foi assim em 2013, quando violou... por ter inscrito, através de uma alteração às Grandes Alterações do Plano e Orçamento de 2013, uma receita de 40 milhões de euros, relativos a empréstimos antes mesmo destes terem sido contratados, tendo o dinheiro relativo a estes empréstimos, entrado na tesouraria da Câmara Municipal do Seixal, apenas em 2014, o que conduziu a uma despesa pública ilegal. Mais uma. Já era assim em 2017, em 2007, quando os responsáveis pela Câmara Municipal do Seixal foram também condenados por semelhantes despesas públicas ilegais. Mais, despesas públicas ilegais. Foi assim durante muitos anos, com a gestão ruínosa no âmbito dos contratos de arrendamento dos edifícios dos serviços centrais e operacionais da Câmara Municipal do Seixal. Processo, o qual teve direito a um relatório do Tribunal de Contas, que concluiu que o Município tinha ultrapassado os limites legais de endividamento de médio e longo prazo, o que se traduz numa reiterada e sistemática indiferença pelo dever de demonstrar que as soluções adotadas são conformes ao princípio da economia e da racionalidade económica, o que conduziu, segundo o Tribunal de Contas, à vinculação da Câmara Municipal, a cláusulas exorbitantes manifestamente lesivas do interesse público. Foi assim já em 2004, quando, no âmbito de um processo de inquérito que ainda corre no DIAP no Seixal. A operação urbanística respeitante aos terrenos do centro de estúdios do Benfica passou a ser executada em violação do PDM do Seixal, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE e do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, o RJREN. Com o conhecimento da Câmara Municipal que, além do mais, concluiu na altura a inspeção geral de agricultura do mar, do ambiente e do ordenamento do território (IGAMAOT). Não realizou qualquer atuação no âmbito da fiscalização e do regime sancionatório, nem adotou nenhuma medida adequada para tutela e restauração da legalidade urbanística previstas no RJUE, no RJREN, perante a concretização do centro de estúdios em violação da lei. É assim desde 2009, quando a Câmara Municipal do Seixal, não cumpre a lei que criou os concelhos municipais da juventude cuja constituição nos municípios portugueses, é de carácter obrigatório e não existe. É obrigatório, mas não existe. Enfim, podíamos estar aqui o resto da noite a elencar situações em que a Câmara Municipal do Seixal, ao longo destes mais de 40 anos



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

de governação autárquica da CDU agiu de forma ilegal, contrariando o necessário e elementar cumprimento do princípio da legalidade, corolário base num estado de direito e único, repito, único garante da prossecução do interesse público por um órgão representativo dos cidadãos como é o caso da Câmara Municipal do Seixal. Junta-se a isto um evidente ignorar das regras de um Estado democrático, multiplicando-se os casos de ausência da devida submissão das decisões à aprovação da Assembleia Municipal ou de incumprimento das deliberações desta, como é desse exemplo, uma vez mais, o Concelho Municipal da Juventude. Como pode alguém que não respeita um órgão, a Assembleia Municipal, liderá-lo ou achar-se nas condições necessárias à manutenção na liderança do mesmo, depois de saber que, quando era presidente da Câmara, tomou decisões sem cumprir com a sua obrigação legal de ouvir este órgão, Assembleia Municipal? Como pode alguém sentir que reúne as condições necessárias para ser um líder do órgão mais democrático e plural daqueles que fazem e constroem a identidade política de um município, quando dá uma entrevista a um jornal da nossa região e única coisa que tem a dizer, é que o resultado desta Assembleia é o PS perder na mesma. Perder? Perguntamos nós. Mas em que mundo é que vivemos para achar que aquilo que nós estamos aqui a fazer, os eleitos do PS, eleitos da CDU, os eleitos dos restantes partidos, o que estamos aqui a fazer é ganhar ou perder seja o que for. No final do dia quem, quem, quem tem de ganhar alguma coisa é o Município do Seixal ou os Municípes do Seixal. Nós não estamos aqui a ganhar nem a perder nada. Nós estamos aqui, temos as nossas ideias, a defender as nossas propostas, umas são aprovadas, outras são reprovadas. É a vida. É a democracia a funcionar. Eu sei que o Partido Comunista Português não é capaz de reconhecer que há uma guerra na Ucrânia. Mas não é capaz de reconhecer... Mas pelos vistos também não é capaz de reconhecer que o que estamos aqui a fazer não é uma guerra. Não é um confronto. Não é um método para uns ganharem e outros perderem. Mas sim, como disse, a democracia a funcionar. Como pode o senhor presidente da Assembleia Municipal do Seixal, achar que pode continuar a ser presidente desta Assembleia quando, depois de estar agarrado a, a, a uma imagem de pouca idoneidade, responde, demonstrando que, além disso, ainda é antidemocrático e autoritário. E ainda diminui o poder de ação desta Assembleia Municipal, dizendo, em entrevista que já referi, que este órgão autárquico não tem competência para fiscalizar mandatos anteriores. O limite ao raio do órgão a que preside, o qual deveria defender, vangloriar, engrandecer. E depois disto ainda acha que tem condições para continuar senhor presidente? O senhor presidente sabe que há uma continuidade do serviço público e que os actos administrativos não cessam com o término do mandato dos seus titulares. E sabe porque já este ano aprovámos os relatórios e contas do ano anterior. Em que mais de metade desse ano corresponde a um mandato anterior ao atual. E portanto, não houve aí uma incapacidade da Assembleia Municipal no novo mandato a, a, trabalhar, deliberar sobre questões do mandato anterior. E portanto, a pergunta que temos a fazer sobre isto é: a regra não se podem fiscalizar mandatos anteriores é só para o que dá jeito ou é para cumprir a lei? Agora, posto isto, confesso que nada disto nos surpreende. Na base de tudo isto está uma conclusão que nos parece óbvia. Ao final 40 anos de degradação no poder, a CDU já nada tem a oferecer a este município. Vive da opressão das minorias e da pobreza intelectual de ver o mundo pela dialética dos vencedores e dos perdedores. E achar que por ser o partido ou a coligação mais votada a cada 4 anos lhe dá o direito de instaurar uma ditadura de partido único em que todos somos reféns do PCP. Assim, tendo conhecimento de todos estes factos, o senhor presidente da Assembleia Municipal, ainda acha que o que estamos aqui a fazer hoje, se trata de uma manobra política. Como acha que presta um grande serviço à República, quando, em várias manifestações nesta Assembleia menoziza os elementos das outras, das outras bancadas. Concluindo. Julgamos ser a hora da indigni-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

dade dar lugar à honra e à decência. É hora de a lei se sobrepor à ditadura do pensamento único, porque a lei é a única coisa que garante que vivemos perante um estado de direito, em que todos podemos viver livres e iguais, independentemente das nossas crenças, ideias ou ideologias. É a única coisa que nos garante que o Seixal não é nem meu nem do senhor presidente da Assembleia, nem de ninguém. É a única coisa que nos garante que o Seixal é efetivamente de todos. É por isso que apelamos a esta Assembleia Municipal que aprove esta deliberação. Não porque o PS esteja interessado em ganhar esta votação. O PS já fez o que tinha a fazer. Foi trazer este tema a esta Assembleia. Agora, cabe à consciência de cada um decidir. E, o PS está confortável com qualquer resultado. Pensamos é que estamos todos interessados em poder olhar os nossos munícipes de cara lavada e de cabeça erguida, sabendo que, quando aqui virmos ao longo destes 4 anos, defendemos o poder local livre e de direito democrático. É por isso, pela defesa intransigente desses valores, que estamos aqui hoje. Obrigado.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado senhor Tomás Santos. A partir deste momento, aceitam-se as inscrições, senhores eleitos. Talvez, considerarmos uma primeira volta. Mas desde já só temos inscritos o senhor eleito Armando Farias a quem dou a palavra. Faz favor.

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado. Eu farei intervenções subsequentes, mas para já, para a avaliação deste tema, eu solicitava porque precisava de uma informação. E dirijo-me concretamente ao líder da bancada socialista, ao senhor eleito Samuel Cruz. Tem que ver com o seguinte: diz no requerimento que foi recentemente conhecido, através da comunicação social que o presidente da Assembleia Municipal do Seixal e depois continua. Portanto, deduzo do que está escrito que tiveram conhecimento só agora, através da comunicação social. E era isso que eu solicitava que confirmasse se é assim ou não. Ou seja, se teve conhecimento só agora, pela comunicação social ou se já teve conhecimento anterior. Para a nossa avaliação deste processo, solicitava que isto é importante. Obrigado senhor presidente.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado senhor Farias. Senhor Armando Farias Dou a palavra ao senhor eleito Rui Belchior. Faz favor.

Rui Belchior do PSD disse: “Muito obrigado senhor presidente. Boa noite a todos. Intervenção do Partido Social Democrata. Hoje discute-se aqui, por iniciativa exclusiva do PS, a destituição do presidente da Assembleia Municipal do Seixal, Alfredo Monteiro e dizemos exclusiva, porque o Partido Socialista decidiu, sozinho, fazer a agenda, tentar liderar e tentar protagonizar, um facto político, ou “o” facto político. Ainda que tal facto se traduza na já conhecidas infrações financeiras, tenha sido, aliás, no primeiro momento, até despoletado pelo Partido Social Democrata, que levantou a questão por intermédio do seu vereador, Bruno Vasconcelos. O que se passou a seguir foi o que já se sabe, ou seja, o Partido Socialista a querer, sozinho, o agendamento desta Assembleia Municipal extraordinária e a tentar difundir, por todos os meios, a sua solitária iniciativa. Na nossa ótica, esta atitude unilateral do Partido Socialista só se consegue explicar com uma espécie de complexo de inferioridade. Talvez o Partido Socialista sinta agora a necessidade de dizer ao mundo “vejam, somos nós a oposição no Seixal. Nós é que somos os líderes da banda.” Passe a expressão. O Partido Socialista terá considerado, que uma iniciativa deste tipo, poderia, quem sabe, explicar as suas inúmeras e inexplicáveis votações, que em nosso entender, Partido Social Democrata, em muito tem favorecido, ao longo dos anos, as políticas do PCP. Tal conduta, além de autossuficiente, por isolada, tem, até, laivos suicidas, passo a expressão, melhor dito, deixa a sensação evidente que o Parti-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

do Socialista afinal não quer de nenhum modo, destituir o presidente da Assembleia, quer sim, fazer um número circense, um malabarismo, uma manobra de diversão, um foguetório que sabem, aliás, já o admitiram hoje aqui, que não conduzirá a destituição alguma do presidente da mesa da Assembleia. Na verdade, se o PS pretendesse realmente hoje, uma destituição, teria, pelo menos, tentado articular, com as demais forças políticas, coisa que não fez e não pensou em fazer. A ideia é apenas está bom de ver, fazer o ruído e anunciar que agora sim, o Partido Socialista vai ser oposição. O Partido Social Democrata, por seu turno, desde pelo menos 2013, com estes dirigentes assumiu como propósito, derrotar o PCP e o comunismo no concelho do Seixal. O PSD sabe e tem consciência que a assunção deste objectivo acarretou, vozarias de fundo, quezílias, estupefacções e até perplexidades. Nós compreendemos estes estados de alma dos mesmos de sempre. Porque não esperavam uma tal inversão de um partido que admitiu-os, esteve durante décadas em registo de mera colaboração, amordaçado, curvado e submisso ao poder comunista instalado. Como já várias vezes denunciámos, muito por conta da aceitação aos insignificantes ou comprometedores e que apenas aproveitaram o indivíduo e as respectivas agendas pessoais. O PSD neste mandato e pela primeira vez recusou colaborar. Recusou pelouros, compromissos, visto que o nosso objectivo, repetimos, é derrotar o PCP no Seixal e é nisso que estamos firmemente empenhados. O PSD sabe igualmente, e muito bem, que o presidente da Assembleia Municipal Alfredo Monteiro, é um dos últimos alicerces e dos mais significativos símbolos da marca comunista, da marca comunista no concelho do Seixal. E nós queremos, um evidente, politicamente, naturalmente, muito, queremos muito derrubá-lo e derrotá-lo. Neste particular queremos referir, o PSD está particularmente confortável com as suas posições. Em bom rigor, não foi o PSD que em 2017 e à socapa da restante oposição, mais uma vez, tal e qual este requerimento de destituição, não foi o PSD, repito, que se entendeu formalmente com o PCP, com pelouros e com lugares um deles com reflexo directo, precisamente na mesa desta Assembleia Municipal. Isto depois, naturalmente, de uma tentativa frustrada de presidir a mesa. Pode-se bem dizer, se não os consegues vencer, junta-te a eles, terá então pensado o Partido Socialista. Isto, perante a incredulidade geral, a nossa incluída, no próprio dia da tomada de posse. Já no atual mandato e logo no seu início, o PSD admitiu-os, participou, contribuiu, numa tentativa clara de afastar da presidência da mesa, da, da Assembleia Municipal, o presidente Alfredo Monteiro. Contribuímos. Era legítimo, era um exercício democrático. Uma eleição para a mesa. Que eu, aliás, de forma frontal, PSD, desde logo transmitiu, que se dependesse de nós, o atual presidente, quem iria. E não enviámos recados. Transmitimos ao próprio presidente Alfredo Monteiro. Para o PCP, veja-se, tal tentativa na altura não passou de um golpe palaciano. Olvidando, convenientemente, é certo, a sua própria atuação e responsabilidade em 2015, quando ofereceu o poder ao PS e ao derrotado Costa, com as consequências que hoje são conhecidas. Quando tinha sido o PSD a ganhar as eleições. Mas nessa altura, e ao que parece em determinadas perspectivas, já foi a democracia a funcionar. Já na nossa perspectiva política, é mais: “quem com ferros mata, com ferros morre”. PSD relembra estes factos, para que não subsistam dúvidas quanto àquelas que têm sido e são as nossas posições. Pois como se vê, o PSD sempre pugnou e lutou pelo afastamento do PCP nos órgãos de poder, aqui e em todos os órgãos democráticos do concelho. Mas atentando agora para os factos que motivaram o requerimento do PS, consideramos que os mesmos são graves. Revelam práticas e expedientes que já foram aqui debatidos ao longo dos anos, abundantemente, que é nosso entendimento, esses expedientes são absolutamente inaceitáveis e sobre os quais, na altura própria, admitimos aqui, aplicar a nossa veemente censura. De resto, esta Câmara, ao longo dos anos, tem pautado a sua política pelo despesismo descontrolado, pela megalomania, como no caso dos edifícios centrais e operacionais. Estas danosas opções, atra-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

ram o Seixal para um dos mais endividados do país, inquinando irremediavelmente o futuro das gerações futuras. É de tal forma que agora até temos a descarada e noviça expressão “a dívida com ou sem a dívida dos edifícios”. É realmente preciso ter descaramento. Como se a dívida se reduzisse como que por magia, dependendo da sua origem. Dívida é dívida e foram os senhores, PCP, os grandes construtores da sua gigantesca dimensão. Como hoje se continua a assistir, as práticas persistem, as manipulações, as fintas, os dribles aos procedimentos do Tribunal de Contas, com o recurso sistemático à concessão de pagamentos faseados, sessão após sessão de câmara, para assim se escapular à fiscalização do Tribunal de Contas. E hoje, já não é o presidente Alfredo Monteiro. Já foram outros antes dele, depois dele, perdão. E agora é ainda outro presidente. Na verdade, a aplicação de coimas por irregularidades, temos de ser sérios na análise, não é exclusivo desta autarquia, sendo até bastante comum, a condenação de autarcas em coimas por práticas desviantes e ilícitas. Mas, até muito pior do que isso, que o diga o próprio Partido Socialista. Nos últimos 15 dias, tem tido autarcas presos em Montalegre, não é um autarca qualquer, é o presidente da Câmara, preso, em Penamacor, em condenação do vereador socialista por o crime de corrupção. Já para não falar do escândalo do dia, da actualidade com o secretário de estado Miguel Alves, já arguido em dois processos e com contrato promessa com cariz completamente inexplicado, completamente danoso. Entre muitos outros casos que se repetem e repetem. E admitimos, infelizmente, também, no nosso partido, Partido Social Democrata. Infelizmente. É por estas e por outras, que recusamos as análises simplistas e superficiais. Somos e queremos ser sérios e temos ética e dela não prescindimos. É por estas e por outras que, coerentes aos nossos princípios, não seguimos ao reboque deste ou daquele e recusamos totalmente a opção pelo ardid, pela desonestidade intelectual e sobretudo pela política rasteira e subterrânea das formalidades e dos procedimentos de bastidores. Antes pelo contrário. Optamos sempre por uma política corajosa, ousada, que denuncie a complacência com as posições, visão e conceção da sociedade, do país e do município por banda do PCP ou por banda dos seus movimentos sucedâneos locais, como foram o monteirismo, o santismo e o como é agora o silvismo. O PSD, podem estar certos, continuará firmemente a denunciar as más políticas que aqui se praticam há décadas. Políticas sustentáveis, numa fortíssima propaganda, espetacularização na construção de uma realidade paralela e assente numa narrativa efabulada, megalómana e ilusória. Políticas sustentadas, num controlo total do movimento associativo, amordaçado pela canalização de apoios, pelas promessas eternas, que perduram no tempo e na medida do apoio que é ou não é concedido em tempo de eleições. A globalidade do movimento associativo está completamente refém do poder autárquico. E é obrigado a dar sob ameaça do fecho da torneira os ditos apoios públicos, sobretudo em tempo de eleições. Para o PSD isto só tem um nome: coação, constrangimento e chantagem. Infelizmente é assim que se explica a dialética do poder neste concelho, ao qual estamos determinados a por cobro, de forma séria com ética, frontalmente. Do alto da nossa independência, queremos aqui dizer que para nós não há vacas sagradas, sejam eles eleitos, partidos, clubes ou bombeiros e associações. Para nós, PSD Seixal, há apenas o interesse público e a boa aplicação do dinheiro dos contribuintes. Para nós tanto nos dá que esta ou aquela coletividade, que esta ou aquela corporação de bombeiros, fiquem sentidas com as nossas posições, que gostem ou deixem de gostar de nós. Nós exercemos o nosso mandato para a globalidade dos munícipes e não para uma determinada casta... pelo seu interesse sito uma pedra basilar do poder do PCP. Com o PSD não contam para isso e bem podem fazer as intrigas que entenderem, junto de quem entenderem. Nós sabemos bem que continuarão a interferir e a boicotar as nossas iniciativas e a bloquear a nossa ação cívica e partidária. Mas nós cá estamos, já contribuimos para a dissipação da maioria absoluta. Cá estaremos para a queda e derrota final. Po-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

dem todos estar certos disso. Podem por isso também, continuar a acenar com o papão da direita e o fascismo com a reação que nada servirá. O PSD luta e lutará, apesar da sua objetiva falta de meios e dos reclamados apoios técnicos que sucessivamente são negados por este executivo que taticamente não permite um pleno e informado exercício do mandato aos eleitos da oposição. Em rigor, uma oposição sem os devidos meios de apoio é sinónimo de uma democracia manca e incompleta, mas que tristemente muito interessa ao PCP. PSD Seixal continuará a resistir contra este *status quo* instalado, que ninguém tenha dúvidas. E sempre, mas sempre, repito, com dignidade e com frontalidade, contudo, não contem connosco, quando, connosco não contaram. As pessoas têm que entender de forma definitiva que para este PSD, este PSD não verga, não curva a espinha, nem presta vassalagem, seja a quem for, seja pelo que for e seja em nome do que for. A retidão dos nossos princípios está acima de tudo, para nós está acima de tudo. Nós não prestamos fretes a ninguém. Aliás, aproveitamos esta ocasião para deixar bem claro que este PSD não é manipulável e é imune a promessas, a prendas e a regalias. Por isso não vale a pena os recados habituais, as bocas, as observações manipuladoras mais mal ou bem intencionadas. Somos manipulados ou

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Senhor eleito, permita-me e desculpe-me a interrupção, mas permita-me que chame a atenção que esgotou já o seu tempo.

Rui Belchior do PSD disse: “Já estou a terminar. Muito obrigado, obrigado. Aliás, basta recuperar as votações dos últimos nove anos para se verificar quem tem sido a verdadeira e nalguns casos a única oposição neste concelho. Sobre a oposição não aceitamos lições ou recomendações de nenhum partido, muito menos vindos dos lados do PS. Esta AM extraordinária esperamos, marcará uma mudança de paradigma. Afinal, trata-se, gosta-se ou não, goste-se ou não, de uma espécie de cartão amarelo que tem de ser levado em linha de conta. Esta AM deve servir para que todos reflitam na sua conduta e na sua postura, começando por nós, certamente. Muito há para melhorar o intuito de melhor representar e dignificar o concelho. É preciso que todos saibam interiorizar a necessidade de evitar lateralidade e comentários desnecessários. É absolutamente forçoso que se abandonem os expedientes e o taticismo de esquina. É imperioso que determinados protagonistas abandonem as querelas, as disputas pessoais e egocêntricas que apenas visam uma espécie de afirmação tribal no seio do próprio grupo.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “ Era bom que se lembrasse...

Rui Belchior do PSD disse: “Vou terminar. Independentemente do resultado desta votação, deve o presidente da Assembleia, fazer a sua própria análise e reflexão e poder, poder, como pode sempre corrigir certos aspetos que podem contribuir para melhorar a aceitação e tolerância dos demais eleitos face a si próprio. No fundo e no final deste processo e o que verdadeiramente conta, é o contributo para a melhoria do debate político. Muito obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito. Naturalmente já está considerado que esgotou o seu tempo e levaremos em consideração esta concessão. Tem a palavra o senhor eleito Nuno Capucha.

Nuno Capucha do CH disse: “Boa noite novamente. Não discutimos hoje um caso de corrupção, mas de infrações que envolvem Alfredo Monteiro, presidente da Câmara Municipal à data das infrações, atual presidente da Assembleia Municipal do Seixal e atual vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. O que torna, na nossa opinião, o assunto, ainda mais grave. Isto ficará, em termos de perceção de opinião pública, o antigo presidente da Câmara Municipal do



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Seixal, hoje, presidente da Assembleia Municipal do Seixal, e vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios portugueses, não cumpriu a lei, no que diz respeito à gestão de dinheiro público. Dinheiro público, como sabemos, é o que não existe. Como um dia disse Margaret Thatcher: “O que existe é o dinheiro dos contribuintes”. Junta-se a esta notícia na comunicação social, o caso Montalegre, o caso secretário de estado que está a ser investigado, como autarca. Penso que a esta hora já se demitiu. E outros casos, bem conhecidos, que envolvem, por exemplo, bem conhecidas figuras, Isaltino Morais, que veio do PSD e hoje é independente. Conforme tudo se pode constatar numa nota no site da Polícia Judiciária que tem investigado vários casos através da sua unidade nacional de combate à corrupção, que a maioria dos crimes económicos são de corrupção e peculato. Mais de 50% são arquivados por falta de prova e as autarquias são os principais focos onde ocorre esse tipo de crime. Estas, são as principais conclusões do relatório das comunicações enviadas ao conselho de prevenção da corrupção pelos tribunais judiciais. Esta é uma notícia do ano passado, de março do ano passado. Ainda sobre este aspecto, deixem-me que acrescente que o partido Chega, propôs um pacote orçamental anti-corrupção que possibilite o funcionamento, no primeiro trimestre do próximo ano, da entidade da transparência e do mecanismo nacional anti-corrupção. Como afirmou recentemente André Ventura, a propósito da eleição, a eleição do corrupto Lula da Silva, é prova de que a memória é curta e de que os vários povos da lusofonia continuam a desvalorizar o que são e os crimes contra o dinheiro público ou as infrações, podemos acrescentar. Mas claro, ficou, como sempre, aclamado, ao certo, perante a pressa que os responsáveis políticos portugueses demonstraram em apertar a mão ao “descondenado”. Não discutimos hoje, repito, um caso de corrupção, mas repetidas ilegalidades financeiras transmitem falta de idoneidade na prossecução do interesse público e dos interesses do município. Isto é grave, da parte de um autarca. Ouvimos, ainda há pouco, o senhor presidente da Câmara dizer, a propósito da experiência do atual presidente da Assembleia Municipal do Seixal que começou de baixo, de freguesia, de uma, de uma junta de freguesia, passou para vereador e daí para presidente e hoje, e daí para o órgão que hoje dirige. Repito, um autarca que cegava dos seus anos de experiência e do seu conhecimento da lei. O comportamento deste autarca não foi o adequado ao cargo. Igualmente inadequado é o comportamento do senhor presidente da Câmara, Paulo Silva que empurrou, de acordo com a Lusa, a responsabilidade da infração para os serviços camarários, atribuindo-lhes um erro de informação. E responsabilidade política? Quem a assume? O PCP tem este hábito de agir nas franjas da legalidade, resolvendo o problema com o pagamento de multas. Basta recordar o que acontece com a entidade das contas e financiamentos políticos. Recordamos ainda que o presidente da Assembleia Municipal, impõe, com frequência, um garrote democrático com a sua interpretação do Regimento. Por último, e esta é uma nota talvez pessoal, o Presidente da Assembleia Municipal recusou intervir e desvalorizou a situação quando eu, deputado municipal, eleito pelo partido Chega, fui insultado pelo vereador independente, cuja polémica progressão profissional se encontra associada, em termos de datas, à votação que o elegeu. Em resumo, encontramos sempre multas e manobras duvidosas no caminho do PCP cria. Fiéis à tradição comunista e ao pensamento de Lénine e Estaline, estão a ser na democracia como peixes fora de água. Disse.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito, Nuno Capucha. Tem a palavra, o senhor eleito, Mário Macedo.

Mário Macedo do BE disse: “Muito obrigado, senhor presidente da Mesa. Ora bem, o PS traz-nos hoje aqui para esta reunião extraordinária, não para discutir o presente, mas para voltar a discutir o passado. Num tema que sistematicamente surge nesta casa, voltamos a discutir a construção e a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

aquisição dos serviços operacionais ou centrais da Câmara Municipal. Nós não temos contas a ajustar com o passado. Nem precisamos de lavar a cara por posições que tomámos no passado. Nós somos os únicos a dizer com clareza, na altura certa e no momento certo, que este era um negócio ruinoso para esta autarquia. Mais uma PPP ruinososa que o erário público teve de suportar. Muito nos orgulhamos de ter estado no lado certo da história. Volto a dizer uma frase que, por várias vezes, tenho dito aqui nesta Assembleia: “O Bloco de Esquerda tinha razão. Tinha razão ao criticar o modelo de negócio. Tinha razão ao criticar a forma como o processo decorreu. E tinha razão ao sugerir alternativas que faziam o melhor pelas finanças da autarquia. Mas ao contrário do Bloco de Esquerda, o PS tentou hoje lavar a cara pela ausência de posição que fez no passado. Quer ajustar contas com o passado, tentando efetuar um julgamento político sem precedentes na nossa história. Os factos são públicos. A justiça já interveio. Não considerou matéria criminal, mas uma irregularidade e com uma multa ficou resolvida. Pelo meio tivemos duas eleições autárquicas, onde a população fez o seu julgamento político. A justiça já julgou e retirou as suas conclusões. Não há lugar nem a perda de mandato, nem a qualquer tipo de sanção acessória. A população já se pronunciou. A não ser que o PS traga factos novos a esta Assembleia, não percebemos o motivo de, baseados num caso com 11 anos, querer destituir um presidente da Assembleia que na altura até tinha outras funções. Nós não nos revemos numa oposição de conflito permanente. Ficamos deveras preocupados como serão os trabalhos desta Assembleia após o episódio de hoje. Nós nem o Regimento conseguimos fechar, após um ano. E por este andar ainda serão os nossos sucessores que irão terminar este trabalho. E é impossível não, não, não associar este conflito no Seixal ao maior conflito que a nossa península passa. A CDU e o PS metem os seus interesses partidários à frente dos interesses das populações. Destroem todas as pontes possíveis. Todos os entendimentos possíveis. E agora, a Associação de Municípios, que o senso comum manda reformar e atualizar, pois é notória esta necessidade, em vez de ser melhorada está em risco de desaparecer. O Bloco denuncia estes jogos partidários. Hoje, durante o PAOD, mostrámos novamente a nossa forma de fazer oposição: construtiva e com projetos. Com ideias e com crítica. Estamos sempre disponíveis para dialogar e chegar a acordo e consensos, tendo em vista um concelho mais democrático e solidário, mais coeso e que dê oportunidades a todos. Nós não compactuamos com... política, que ameaça paralisar o nosso concelho nos próximos 3 anos. Esperamos que seja a última vez que tenhamos de vir a esta Assembleia, discutir eventos com 10 ou 15 anos. Os cidadãos do nosso concelho merecem mais. Temos muitos problemas para resolver, da mobilidade à saúde, ao ambiente, sem esquecer a habitação. E o Bloco tem estado presente em todas estas frentes e continuaremos a dialogar para procurar as melhores soluções para o concelho e para todos e para todas e todos aqueles que aqui vivem. Porque a maior riqueza desta terra é a sua gente. E é por eles que aqui estamos. Não para um permanente ajuste de contas com o passado. Nós votaremos contra. Esperemos que a votação, que esta votação seja um virar de página. E que esta Assembleia Municipal seja, a partir de aqui, mais produtiva. Não vamos a reboque de ninguém e não temos receio de o afirmar. Não colaboramos com este circo de manobras nem nos deixaremos arrastar para esta política de terra queimada. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado senhor eleito Mário Macedo. Acabou de se inscrever o senhor eleito, Ivo Gomes. Faça favor de usar a palavra.

Ivo Gomes do PAN disse: “Ahh, não é preciso. Não. Muito obrigado senhor primeiro secretário. Muito boa noite a todos os presentes. A minha intervenção vai ser breve. Com pouco mais de um ano de experiência nesta Assembleia, honestamente com pouco conhecimento do passado, da re-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

alidade do exercício das funções nesta, neste executivo e nesta Assembleia, vou utilizar os argumentos apresentados pelo PS, no documento apresentado. Parece-nos que a discussão é extemporânea. Que a discussão diz respeito a factos anteriores ao atual mandato e, aquando, o exercício de outras funções que não as actuais pelo presidente, pelo presidente da Mesa. Achamos estranho só agora haver a menção a todos os factos elencados depois de mais de um ano a, de, de mandato, após termos sido, termos sido eleitos. É verdade, consideramos que muitas vezes, o senhor presidente da mesa assume-se como porta-voz do grupo municipal da CDU ou até do executivo, intervindo, na nossa opinião, vezes a mais do que as que deveria, se observarmos o princípio da imparcialidade que a sua função exige. No entanto, também compreendíamos que a manutenção da imparcialidade constante, é um exercício difícil, para mais quando o mesmo exige, exerce, um cargo de representação na Associação Municipal, na Associação Nacional de Municípios. E que muitas vezes sinta necessidade de contribuir com informações nesse respeito, cálculo, em benefício da discussão dos benefícios do concelho. Se o PS acha que que existe alguma ilegalidade no exercício das funções do presidente da Mesa, que o comprometa, nada os impede de recorrer aos tribunais. Muito obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito, Ivo Gomes. Tem a palavra a senhora Fátima Carvalho.

Fátima Carvalho disse: “Boa noite a todos os presentes. Começaria por dizer que aos alegados casos do Sr. Isaltino, Montalegre, entre outros, poderíamos estar a incluir o caso, do, da Câmara Municipal do Seixal. Mais precisamente, o caso do exercício do então senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal que, coincidentemente, ou não, é hoje o presidente da Mesa da Assembleia, e como tal, dirige os serviços aqui, nestas reuniões. Portanto, meus senhores, estamos a falar de um caso de idoneidade. É disso que se trata. É, não se trata de um julgamento, que esse sim, foi feito nos tribunais, em sede própria. Mas nós, que somos eleitos desta Câmara, que temos também o dever de seguir, de defender todos aqueles que depositaram a sua confiança, devemos trazer esta discussão a todos. Devemos aqui fazer este exercício e, também, exercer o nosso direito de dizer que não confiamos em alguém com poderes, cometeu ilegalidades, e mais! Tentou esconder essas mesmas ilegalidades pagando do próprio bolso. Esta é a pessoa que hoje temos aqui no órgão entre muitas outras funções, tem também, a função de fiscalizar a Câmara. Então perguntamos nós: devemos confiar? Talvez estes factos que surgiram agora na comunicação social, sejam apenas a ponta do iceberg. Nós não sabemos tudo o que foi feito e quanto se pagou em coimas e do próprio bolso, para se esconder essas ilegalidades. Pagar do bolso não desresponsabiliza práticas que lesaram terceiros. E os terceiros aqui somos todos nós, munícipes. Aliás, no que concerne às ilegalidades cometidas, tal atitude só revela que os envolvidos tiveram más decisões, resultantes do abuso do poder e ainda, mais grave, tentaram limpar as infrações, mantendo longe do julgamento político e público. Por outro lado, a prática reiterada, é sinal de que nada aprenderam. Nem o senhor presidente, hoje senhor presidente, nem aqueles que na altura o acompanhavam. Isso só mostra aquilo que todos nós sabemos. Quer a Câmara, quer esta Assembleia Municipal, no passado esteve completamente controlada, completamente controlada. Portanto, temos mais do que razões. E lamentamos muito, a bancada do PS lamenta muito que esta Assembleia não compreenda que estes factos não são extemporâneos. Nós temos de discutir o passado. Nós temos de trazer o passado à discussão presente. Porque tudo o que foi cometido no passado, condiciona hoje o nosso exercício e certamente condicionará, futuramente, o exercício da Câmara e desta Assembleia. Perguntamos ainda mais. Será que o executivo CDU teria, teria, a coragem de através do seu inútil Bo-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

letim Municipal... Digo sim, inútil, porque é uma verdadeira propaganda política e comunista. Não serve para mais nada porque... não temos, nem o direito ao contraditório nem aquilo que se passa enquanto política de interesse para toda a comunidade, é dita, ao que parece, nesse boletim ou mesmo nas páginas digitais, são pagas por todos nós. A bancada socialista sim, conseguiria fazê-lo. Declarar, declarar o que vai à discussão. Trazer ao conhecimento do público aquilo que é bom e aquilo que é menos bom no nosso concelho. E a qualidade da nossa democracia é muito má no nosso concelho. Senhor presidente, não está na sala, reparo agora. De qualquer forma, mantenho aquilo que, que, que teria para dizer e vou dizê-lo. Terá de concordar que estão esgotadas todas as condições para dirigir este órgão. E se não entende ou classifica o nosso pedido de destituição como uma mera manobra política, tenha a hombridade de se afastar. Podemos até impedir a votação se assim o quiser fazer. Obrigada.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhora eleita, Fátima Carvalho. Não temos, neste momento, nenhuma inscrição registada. Apelava aos senhores eleitos de fazer o favor de se inscreverem. Estava a dar tempo para haver mais inscrições. Neste momento temos só uma. Tem a palavra o senhor eleito Armando Faria. Faz favor.

Armando Farias da CDU disse: “Muito obrigado senhor presidente. Eu próprio tinha colocado uma questão, que é importante para a nossa avaliação deste processo. E solicitei diretamente ao senhor eleito Samuel Cruz, se, é um facto que tiveram só agora conhecimento, pelos jornais, pela comunicação social, como disseram, destes factos, que resulta em mandatos anteriores, ou se já tinha conhecimento. Pelos vistos não quer responder. Cada eleito tirará as suas conclusões sobre isso. Mas, gostava, fazia outra solicitação. Se o senhor Samuel Cruz confirma ou não que neste processo que estamos a falar... no Tribunal de Contas, sobre a aquisição dos serviços centrais, o Sr. Samuel Cruz também foi ou não notificado? O Sr. Samuel Cruz, respondeu ou não à notificação? O Sr. Samuel Cruz teve ou não uma sanção? E que e que sanção, multa, foi o que aconteceu a outros, a outros vereadores e ao senhor presidente, então presidente da Câmara Municipal. E se não pagou a multa simplesmente porque prescreveu. É o processo número 18/2014, do Tribunal de Contas. Da auditoria do Tribunal de Contas. Solicitava que confirmasse. Se não pagou a multa pela simples razão que, que ela foi, foi, ela foi prescrita. Depois de ser clarificado, depois não voltarei a intervir senhor presidente.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito Armando Farias. Senhor eleito Samuel Cruz, faz favor de tomar a palavra em defesa da honra.

Samuel Cruz do PS disse: “Para esclarecer algo, que é de facto importante. Em primeiro lugar, o Partido Socialista não fala apenas dos serviços centrais, nem de perto nem de longe, e nem sequer essa é a questão principal. Mas em relação aos serviços centrais, eu era vereados na altura. Podem consultar as atas e disse o seguinte, que não é verdade aquilo que o Bloco de Esquerda disse. Disse “que o negócio era ruinoso, que, no entanto, o princípio de mudar para este edifício, do ponto de vista de organização dos serviços, era, um bom princípio.” É isso que está escrito nas atas. Foi isso que eu disse. E por isso, os vereadores do Partido Socialista na altura, abstiveram-se. Mas não deixaram de dizer, que o princípio de mudar para o edifício era bom. O negócio era ruinoso e isso está registado em ata. Primeiro ponto. E por isso, fui notificado, sim senhor. Mas ao contrário dos vereadores comunistas, não fui multado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Seria bom, seria bom que não houvesse estes pequenos diálogos. Se o Sr. Armando Farias deseja intervir, faz favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado senhor presidente. Bem, então temos o seguinte: o Sr. Samuel Cruz não quis responder à primeira questão que foi colocada. Perante os factos da segunda solicitação, então respondeu. E respondeu que, de facto, teve conhecimento dos factos. Não foi pela comunicação social, agora. Teve conhecimento dos factos. E a primeira questão a relevar é que tendo conhecimento dos factos nessa altura, nenhum, não houve nenhuma intervenção do Partido Socialista para então, colocar a questão que está hoje aqui a ser discutida. Primeira questão. Segundo, é que o Sr. Samuel também é multado. Está cá escrito. Está cá escrito. Está cá escrito. Está cá escrito. Quem quiser consultar está no site. Eu vou repetir: Tribunal de Contas, processo número 18/2014, auditoria aos serviços da Câmara, aos serviços centrais da Câmara. E foi multado. Simplesmente prescreveu. Mas foi multado. Está cá no processo. Bom. Agora vamos ver o seguinte. O Partido Socialista, até porque tem advogados, tem juristas na sua bancada, sabe perfeitamente, não é? Que não é competência desta Assembleia, desta ou de outra Assembleia, deliberar sobre factos de gestão autárquica de mandatos anteriores. Sabe perfeitamente isso. E então fez aqui uma manobrazinha, como é hábito, do Partido Socialista. Como sabe que isto não é possível, então o que é que faz? Mete 5 pontos sobre a gestão autárquica lá para trás e depois mete um sexto ponto que começa assim: “no presente mandato autárquico, o presidente da Assembleia Municipal, tem levado a cabo uma conduta permanente... Ou seja, introduz o ponto, não é? Para dar, enfim, para dar, para dizer assim: “não...nós estamos a discutir, de facto, este mandato. Tem a ver com este mandato. Que não tem nada a ver com os pontos anteriores.” Vocês estão a perceber a manobra do Partido Socialista. Mas isto é uma prática a que já nos habituaram. Eu diria, eu diria o seguinte, eu diria o seguinte: Mas isto é um problema vosso. Que advogados e juristas que alienam a sua própria credibilidade porque a cegueira é tanta, isso, isso fica com vocês, isso fica com vocês. Mas é disso que se trata. A própria credibilidade dos advogados e juristas da bancada do Partido Socialista, que a cegueira de atingir objetivos políticos, mesmo que seja para denegrir e mandar lama para cima das pessoas. Vale tudo, não é? Mas alienam a vossa credibilidade, não sei se estão a ver. Portanto, esta é uma questão. Depois, como já foi dito, portanto, não é legal, deliberar sobre gestões autárquicas anteriores. Depois, lá que o objectivo é querer falar do anterior, mas nós não vamos por aí, senhores eleitos. Não vamos por aí. E não vamos porquê? Porque tudo aquilo que se lhe, todos os atos que se fizerem em qualquer mandato autárquico, já foi discutido e mais discutido. Aquilo que o Sr. Tomás Santos trouxe aqui, o eleito Tomás Santos trouxe aqui, não é novidade nenhuma. Vocês já disseram mil vezes aquilo. Mas disseram noutras Assembleias, não é de agora. É de há 10, 20 anos. Tem sido sempre o mesmo. Desde as campanhas eleitorais. Portanto não é nenhuma novidade. E, portanto, ainda não perceberam, do ponto de vista político, isto não resulta. E não resulta porquê? Porque a população continua a confiar no projeto autárquico da CDU. E continua a ser sufragado. E vocês não percebem isso. Bom. Da intervenção do Sr. Rui Belchior, o senhor disse uma coisa deste género: “Isto é mais uma manobra do PS na luta porque quer mostrar que lidera a oposição.” Bom, e sobre isso eu não vou desmentir o Sr. Rui Belchior, porque, de facto, é disso que se trata. Os senhores, vale tudo para poderem mostrar que são oposição, portanto, ao projeto autárquico da CDU. Depois. Bom, vamos ver o seguinte: eu não vou referir, outros já o fizeram, outros eleitos. Os processos que todos os dias estão a cair aí no PS. Não vou por aí. Porque também aqui há uma diferença muito grande. Que é uma diferença muito grande, não é? Enorme. É que sobre todos estes processos, o que a CDU sempre diz e o PCP sempre diz é: “Investigue-se e faça-se a justiça que se deve fazer, se forem apurados factos que mereçam fazer justiça.” É isso que a gente diz. Todos os processos. Os senhores não. E estamos a falar de processos criminais. E estamos a falar de processos criminais, não é? Ainda há bocado vinha para aqui e vinha no carro e vi-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

nha a ouvir na rádio que o secretário de estado adjunto do primeiro Ministro, não é? Foi demitido, demitiu-se e agora está envolvido no processo que tem que é o processo que vem de há muito de trás, de há muitos anos e não sei o quê. Não é? Vejam lá as coisas do mafarrico, não é? Que até vimos para aqui discutir isto e vem à baila o processo de... Vejam lá, vejam lá... dessas coisas. Portanto, não vamos por aí. Porque a nossa posição não é mandar lama para cima das pessoas. Não é denegrir as pessoas. Ainda por cima pessoas que fazem grandes sacrifícios aos longo destes anos ao serviço das populações. Não. E os senhores pegam numa multa. Numa multa. Não é infração criminal. É numa multa. E vêm dizer agora, passado anos, esta multa deve ter uma dupla valoração. Isto é muito sério, meus senhores. Isto é muito sério. O que está aqui em causa é o estado democrático. É o estado democrático. É como se uma pessoa que tivesse um imóvel, pagasse IMI, atrasou-se no pagamento do IMI e teve uma multa. E tem uma multa e a seguir, vêm dizer: “Não, mas agora, para além da multa tem de deixar o imóvel.” Quer dizer, porque valoriza uma sanção, e já agora, dizer que estamos a falar de uma infração da moldura que está lá no Tribunal de Contas, é infração pequena, e por isso também, o pagamento não foi assim tão grande. Mas quem saiu da posse das pessoas. Não saiu, não saiu da Câmara. Foi da posse das pessoas. E portanto, os senhores vêm com esta história, não é? E, portanto, isto não, isto não é como os senhores dizem. Mas vejam, vejam uma coisa. Vocês forem ao site do Tribunal de Contas, não são dezenas, são centenas de multas aplicadas a, a, a autarcas, mas do norte, é do Minho ao Algarve. Infrações deste género. Infrações, mas vocês sabem disso. Vão ao site, está lá. São centenas. Não é? E é de todos os partidos. Talvez não no Bloco de Esquerda porque não sei se nesta, se ainda tem alguma câmara se não tem. Mas tem, quem, quem preside a câmara, vereadores etc, aquilo é às centenas. Vocês sabem disso. Mas são infrações que, algumas são criminais e aí vocês têm uma grande experiência disso. E outras, a esmagadora maioria, são multas porque, enfim, os autarcas têm de... os pareceres que lhes dão e muitas vezes as coisas correm mal. É disso que se trata. E, portanto, não é como a senhora Fátima Carvalho, vem aqui dizer, que o que se trata é de um caso de... Não é de um caso de Trata-se de ver esta questão em termos de estado democrático. Os senhores estão a defender que uma sanção, afinal não é uma sanção. Mais tarde pode haver novas sanções do mesmo facto. Quer dizer, isto é uma coisa completamente abstrusa, como vocês sabem. E mais uma vez, põe-se em causa a credibilidade dos senhores juristas e advogados da bancada do Partido Socialista. Depois, vejam bem. Vocês conhecem, conhecem, com certeza, o acórdão 625/2022, não é? Em que o Tribunal Constitucional, em plenário, viu as contas aos financiamentos políticos e deu infrações, e sancionou o Partido Socialista, quando foi das eleições para o Parlamento Europeu em 2004, em 2014, por várias irregularidades. Mas eu estou a dar apenas este exemplo. Estou a dar apenas este exemplo. Podia dar milhentos exemplos. E não é só o PS, são outras forças políticas. Porque, de facto, temos de ver o que são irregularidades que resultam de questões, ou por descuido, ou por negligência, ou por confiar nos pareceres técnicos que são dados, e outra coisa é a sanção criminal. E mais uma vez dizemos: sanções criminais vocês têm aí uma experiência que mais ninguém tem neste país. E isso é verdade que vocês pelos vistos, sentem-se bem com essa, com essa situação. E, portanto, o que está aqui em causa é o seguinte: o Tribunal de Contas visou a compra dos edifícios. O Tribunal de Contas visou o processo de empréstimo que levou à aquisição dos edifícios. Essa é que é a questão de fundo. Portanto, não há aqui nada criminal. E vocês vão buscar o Tribunal de Contas, naturalmente, aspetos, aspetos de crítica em relação à gestão, mas também podem lá ir buscar referências muito positivas à Câmara Municipal. Portanto, e isso vocês põem para o lado. Isso vocês põem para o lado. Mas podem lá ir buscar. À auditoria do Tribunal de Contas, referências muito positivas à gestão autárquica da CDU. Mas isso vocês ignoram completamente. Portanto,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

meus senhores, a questão aqui, trata-se dos seguintes, trata-se do seguinte: os senhores não têm interesse na questão, não têm interesse em contribuir para soluções, para o nosso concelho. A vossa permanente ação é sempre no sentido de denegrir o projeto autárquico CDU, mas isso é o menos. Isso é o combate político. Isso tudo bem, isso é o combate político. Hoje fizeram aqui. Mas, o que está aqui em causa é a vossa pouca vergonha de denegrir as pessoas enxovalhar as pessoas. E isso não é admissível num estado de direito e num estado e num estado democrático. Eu diria até o seguinte: se vocês quisessem, tivessem posto uma Assembleia, uma Assembleia extraordinária para discutir os calotes do Governo à autarquia, porque agora, como vocês sabem, vêm dizer, que afinal o Governo não vai pagar aquilo que deve à autarquia, nomeadamente, neste caso, das despesas do covid. E isso sim, era importante. Não, não. Isso sim era importante. Vocês estavam a dar um bom contributo para tomar uma posição em defesa da autarquia. Mas vocês não fazem isso. Portanto, vocês fazem exatamente aquilo que o, que o deputado eleito Belchior referiu. Vocês andam numa luta, luta, enfim, para querer mostrar que deram oposição e vão por mau caminho meus senhores. Disse, senhor presidente.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito Armando Farias. Tem a palavra o senhor eleito Tomás Santos.

Tomás Santos do PS disse: “Portanto, o que interessa aqui não é, prever uma reiterada, um comportamento reiteradamente ilegal da parte dos responsáveis políticos desta autarquia. O que interessa é as cartas que o eleito Samuel Cruz recebe lá em casa. Ahh, o, o, o, nós percebemos o que é que está aqui a ser feito. E os únicos que estão aqui a fazer um truque não somos nós. São vocês. Que é, trazer este, este, estes assuntos, estas pequeninas coisas no processo. Devem ter antes de vir para esta Assembleia, devem ter ido ao processo do Kafka e estão agora a fazer isto. Estas manobras dilatórias, a atirar coisas como as despesas Covid. Já ninguém sabe do que é que se está a falar. É isso que vocês estão a fazer. Mas eu tenho-lhe a dizer uma coisa, senhor eleito Armando Farias: conosco não conta. Nós aqui, estamos a falar sobre ilegalidades. É uma coisa séria. Se o senhor está preocupado com as cartas. Eu estive a ouvi-lo, portanto agora deixe-me falar, está bem? Se o senhor está preocupado com as cartas que o eleito Samuel Cruz tem lá em casa, isso é problema seu.... Isso é problema seu. Eu estou preocupado com o bem-estar desta Câmara. São prioridades. Segunda, segunda coisa. O que nós estamos aqui a falar, é sobre as condições políticas para exercer os cargos. Como o eleito Ivo disse aqui e bem. As questões do ponto de vista jurídico, tratam-se nos tribunais. O senhor, nós já estávamos à espera disto, veio aqui muito, muito ser falado sobre o caso, vamos particularizar, dizer sobre o caso do, do, do, do ex-autarca Miguel Alves que foi secretário de estado e que hoje se demitiu. E de facto, há uma diferença. Há uma diferença. Há uma diferença. Qual é que é a diferença? É que, é que, neste caso, quando sentiu que não tinha as condições políticas, demitiu-se. Porque é, podem-se rir à vontade. Mas é essa a diferença. É essa a diferença. Nós, nós, Partido Socialista, nós não somos nem puritanos, nem nos achamos o centro do mundo. No momento em que nós achamos que somos mais um problema do que uma solução. Nós afastamo-nos. Mas a CDU acha que não. E eu já lá vou. Ah, mas permita-me dizer uma coisa. Permita-me dizer uma coisa que é: eu acho que você não ouviu o que eu disse. Porque em momento nenhum da minha intervenção disse... do ponto 6 do requerimento para justificar. Não, antes pelo contrário. Se calhar tem falta de atenção. Mas se calhar devia ouvir o que a gente estava a dizer. Há um princípio de continuidade dos serviços públicos. E portanto, todos os pontos do requerimento são pertinentes para esta Assembleia Municipal. É, e permita-me este à parte: cegueira, cegueira? Acham que nós aceitamos lições de moral relativamente a cegueira da parte da CDU?



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Mas há aqui um ponto que é identificativo. Quando fala da... é identificativo de como é que vocês pensam. Vocês pensam que a Câmara do Seixal é a vossa casa. E portanto, gerem-na como gerem a vossa vida privada. Mas não é. Mas não é. A exigência e a responsabilidade que tem de se ter quando se gere o dinheiro dos outros é completamente diferente de quando se gere o nosso. Você quer ter multas de IMI, tem-nas à vontade, lá em sua casa. Não com a Câmara Municipal do Seixal. E portanto, isto é político e não é jurídico. Mas também, permita-me dizer: uma crítica sobre competência jurídica de alguém que não respeita a lei, não é cadastro, é currículo.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito Tomás Santos. Agradecia que, temos mais uma inscrição. Tem a palavra a senhora eleita, Maria João Louro. Faça favor.

Maria João Louro da CDU disse: “Ora muito bem. Boa noite a todos. Hoje não é uma Assembleia Municipal qualquer. Esta Assembleia Municipal extraordinária tem algo de especial. E por isso, eu quero dirigir um cumprimento também especial ao eleito da CDU, Alfredo Monteiro e presidente da Mesa desta Assembleia Municipal evocando os seus anos de autarca 32 anos. E de presidente que foi desta Câmara, bem como toda a sua entrega ao poder local democrático. Um homem de Abril. Mas se esta não é uma Assembleia Municipal extraordinária qualquer, também o requerimento apresentado para a convocatória desta sessão do PS, também não é um requerimento qualquer. Relativamente aos pontos de um a cinco, há uma abusiva dupla valoração de certos factos, ou seja, são invocados factos, já censurados, para atingir outros objetivos. E é a destituição do presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Factos ocorridos há 3 mandatos atrás. Há 12 anos. Estamos a falar de há 12 anos. E não vou repetir o que o eleito do Bloco disse, mas, subscrevo na íntegra, o que o eleito Mário Macedo referiu. E pasme-se que estamos perante factos referentes a Alfredo Monteiro, presidente, não presidente da Mesa da Assembleia mas presidente da Câmara Municipal. Pois bem, o objeto de debate desta Assembleia Municipal é o eleito Alfredo Monteiro, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Municipal e não como presidente da Câmara. Por acaso, a pessoa é a mesma. Mas nada tem a ver. Ainda assim, ainda assim. Ainda assim, posso continuar? Com licença. Ainda assim, cumpre dizer, e para esclarecer esta Assembleia Municipal, que as infrações fiscais imputadas ao atual presidente da Mesa da Assembleia Municipal há 12 anos atrás tiveram natureza sancionatória e não reintegratória ou penais. Passo a explicar. As sanções reintegratórias visam os casos de desvio de dinheiro ou valores públicos ou pagamentos indevidos, enquanto que as responsabilidades sancionatórias visam questões formais. E acho que estamos de acordo sobre isto. Depois de toda a apreciação do Tribunal de Contas, esse Tribunal concluiu que se estava em causa o apuramento de responsabilidades sancionatórias. E por isso, aplicou a multa. Essa multa, que foi aplicada pelo mais baixo valor, sendo que há um limite bastante grande. Que o limite mínimo é de 2.550 e o limite máximo vai até aos 18.360 euros. E uma vez que o valor aplicado foi o mais baixo e foi aplicado ao próprio e paga pelo próprio, o que traduz que a baixa gravidade da infração. Não podemos comparar uma infração sancionatória com uma infração reintegratória ou penal. E quanto a isto, ninguém pode negar isto. Ora bem, toda a argumentação que aqui é trazida pelo PS é assim, claro, que estamos num debate político, e com todo o respeito, enquanto eleitos da força política do PS... É assim: vocês não se substituem ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas apreciou as situações que havia a apreciar. Aplicou a multa, o apuramento de responsabilidades sancionatórias pelo limite baixo que traduz a baixa gravidade da infração. O que significa que o município não foi prejudicado com a aplicação desta multa. Não foi. Porque foi o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, enquanto presidente da Câmara da altura que procedeu ao pa-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

gamento. E eu espanta-me como é que a eleita Fátima Carvalho... Isto é um espanto, mas, mas, achava que o presidente deveria ter pago, que a multa deveria ter sido paga pela Câmara? Ficou espantada por, e diz que pagou do seu bolso para esconder? Mas para esconder o quê? Estes processos não, não, não são processos escondidos. Estes processos são processos públicos. Aliás, o meu camarada Armando, fez referência, ainda agora, todos os outros processos que o PS tem a correr por esse país fora é tudo público. Ninguém esconde nada de ninguém. Aliás, a prova provada que ninguém esconde nada a ninguém, é que nós estamos hoje aqui. Porque nós não temos nada a temer. Nós estamos aqui para o debate e estamos aqui para discutir a destituição proposta pelo PS, pelo presidente da Mesa da Assembleia Municipal. E não do presidente da Câmara. Posto isto, passemos então àquilo que é o cerne e o objeto de discussão desta Assembleia Municipal. Porque, queiramos ou não, apesar de irmos buscar todos os argumentos e toda, e toda a história e com todo o respeito, quase desde Adão e Eva, a verdade é que, o único ponto que efetivamente tem lugar para discussão aqui, é o ponto 6º, quando o PS diz, no requerimento, que neste mandato autárquico, 2021-2025, o presidente da Câmara Municipal tem levado a cabo uma conduta de permanente conflito e desrespeito pelos eleitos. Ora bem, eu acho que o PS confunde aqui o permanente conflito e desrespeito com o previsto na alínea a) e na alínea b) da lei das autarquias locais, das competências do presidente da Assembleia Municipal. Mas eu relembro quais são as funções e o presidente, no artigo 30º, o presidente e secretários, compete ao presidente da Assembleia Municipal, alínea a) representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento. E na alínea b) dirigir os trabalhos, manter a disciplina das sessões. Que é coisa que nos últimos tempos, tem sido um bocadito complicado. Não bastando, no próprio Regimento, nas alíneas a) e d) do Regimento, dos deveres dos eleitos. E peço atenção porque, por vezes, podemos esquecer quais são os nossos deveres enquanto eleitos. Nós estamos aqui eleitos pelo povo, ao serviço do povo, mas temos deveres, aqui dentro desta sala, temos deveres e temos direitos. E temos, temos o dever de contribuir pela sua diligência para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia. Alínea c) observar a ordem e a disciplina fixada na lei e neste Regimento e acatar a autoridade do presidente da Assembleia. Posso continuar? É verdade que tem havido alguns incidentes aqui. Sim. Somos todos testemunhas disso. É verdade. E também somos todos testemunhas dos vários comportamentos que aqui se têm verificado. E é perante esses incidentes aos quais o presidente teve, efetivamente, que exercer a sua autoridade, conforme todos somos testemunhas e está previsto, quer na lei, quer no Regimento. E nunca houve, em tempo algum abuso desta autoridade. Posso continuar? Muito obrigado. Perante isto, acho que está tudo dito. Quer dizer... Acho que está tudo dito. Acho que o presidente da mesa da Assembleia tem exercido a sua autoridade, tentando colocar ordem. Nem sempre fácil. Somos todos testemunhas. E alguma da população que aqui também tem estado, nas últimas Assembleias, também é testemunha disso. E para terminar, dizer que esta é a questão. Aliás, tenho mais dois pontos. É que no requerimento referido o presidente viola o princípio da, da independência. Meus senhores, o princípio da independência invocado no artigo 44, invocado no requerimento, estabelecido no artigo 44. Diz respeito e só, e está no capítulo das disposições comuns dos órgãos das autarquias locais. E diz, e diz respeito, os órgãos das autarquias locais são independentes e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas, revogadas ou anuladas nos termos da lei. Este princípio da independência, diz respeito à independência entre os vários órgãos e a independência do poder local em relação ao poder central. E por último, só o PS é que acha que porque o Tribunal, aquilo que o Tribunal de Contas não considerou e portanto, neste amontoado de argumentos, argumentos de situações que têm 12 anos, há 3 mandatos atrás, mas a questão não está em ser há três mandatos atrás. A questão



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

está, mesmo tendo sido há três mandatos atrás a verdade é que cada uma delas, e volto a frisar isto, até para esclarecimento de toda a população que aqui está. O que aconteceu foram meras questões formais e foi aplicada, e foi aplicada a multa por apuramento de responsabilidade sancionatória. E foi aplicada a multa pelo limite mais baixo. Obviamente que não é o PS que se vem substituir ao Tribunal de Contas e dizer que isto se transformou numa, num apuramento de responsabilidade dantesca e que o que está em causa, só falta dizer, só falta dizer... Aliás, houve aqui alguém, peço desculpa. Houve aqui alguém que foi, foi, foi o, o eleito Tomás Santos, que fez a comparação absurda entre o Alfredo e o Miguel Alves. Quer dizer, quer dizer, o Miguel Alves, o Miguel Alves foi hoje deduzida acusação... Não! A comparação, atenção, a comparação foi feita dizendo que perante ilegalidades, que o Miguel Alves se demitiu. E que, e que, e que o Alfredo Monteiro, presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deveria fazer o mesmo. Mas estamos a comparar meras, meras, meras, infrações de, meras infrações fiscais, no... das formalidades, com uma dedução de uma acusação do Ministério Público? Não é sério isto, não é? Para finalizar e deixar aqui claro que, a maior parte destes pontos até ao ponto quinto não tem lugar nesta discussão. Ainda que tivesse, estamos a referir-nos a aspetos sancionatórios. Apenas. Não foram aplicadas, apuramento de responsabilidades reintegratórias ou penais. E portanto, tudo o que o PS tem dito é, eu tenho que concordar aqui com, com o eleito Mário Macedo. O PS traz, mais uma vez, o passado. O Ivo disse, o eleito do PAN, desculpa Ivo, que o presidente da Mesa intervém vezes de mais. O presidente da Mesa intervém quando tem de intervir. O presidente da Mesa, dentro da, da, da, da, das, dentro dos seus poderes intervém sempre que achar. É soberano para decidir quando deve intervir. Tenho dito. Espero que, penso que contribuí para o esclarecimento desta Assembleia. Daquilo que está aqui em causa e daquilo que deveria estar verdadeiramente em debate e que, ainda assim, aquilo que verdadeiramente está em debate é a falta de idoneidade do presidente da Mesa da Assembleia Municipal, não se configura.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhora eleita, Maria João Louro. Temos para intervir, o senhor eleito Tomás Santos. Eu agradecia que fizessem, talvez, uma insistência para intervirem durante o período em que o Sr. Tomás Santos está a intervir para ver se nós conseguimos encontrar o fecho das intervenções. Faça favor de tomar a palavra senhor eleito Tomás Santos. Muito obrigado pelo esclarecimento. Honra, sim senhor. Faz favor.

Tomás Santos do PS disse: “Era só para dizer à eleita, que está enganada. Não fiz comparação nenhuma. Houve quem soubesse sair. Agora adivinhem quem.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Obrigado senhor eleito. Então não temos ninguém inscrito? Tem a palavra a senhora eleita Fátima Carvalho. Faz favor. Muito obrigado.

Fátima Carvalho do PS disse: “Senhora eleita, Maria João, peço para me dirigir diretamente a si, mas gostaria de lhe perguntar, responde se quiser, o que lhe, que admiração lhe traz, o meu comentário de que foi pago, o facto de ter sido pago do próprio bolso, não me parece correto, se a senhora foi a própria a referir aqui que se tratavam de questões meramente formais, no exercício das, das funções. Portanto, pergunto, o que é que seria isso, esse pagamento, esse valor, comparativamente a toda a gestão danosa, são exemplos vários, que todos conhecem. Muito obrigada.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Vai usar a palavra para? Defesa da honra. Sim senhora. Faz favor de usar a palavra..



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Maria João Louro da CDU disse: “Bem. Uma vez que fui interpelada diretamente, terei que responder diretamente. Sim. Decorre da lei, não é? Mas ainda que não decorresse da lei, acha que iria suportar o município? É isso que defende? Que houvesse prejuízo, para a gestão do município?”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhora eleita. Não temos inscritos. Não havendo mais intervenções, entrávamos no chamado, no período final do debate. Podemos considerar que os senhores eleitos não pretendem intervir mais. Senhor eleito Armando Farias, se faz favor de usar a palavra.

Armando Farias da CDU disse: “Oh senhor presidente. Nós pensamos que podemos passar à votação. Só duas notas: em primeiro lugar acho que ficou demonstrado que quiseram aqui, os eleitos do PS, trazer factos de anteriores Assembleias que estão debatidos e mais que debatidos em todas as Assembleias respeitantes a cada mandato autárquico, por um lado. Portanto, não é competência desta Assembleia estar a discutir isso. O que não quer dizer, do ponto de vista de combate político não possam fazê-lo. Naturalmente. Mas não é competência deliberativa. E em segundo lugar, ficou claro, penso eu, que aquele número que o PS quis trazer aqui, que era uma coisa calamitosa, aquela multa, num esquema muito... não é? Afinal trata-se de uma infração que é normal aí no país em todas as autarquias, não é? Ocorre muito. Não devia ser mas é normal. Porque a gestão autárquica é muito complexa. É uma multa, cuja moldura, cuja infração é das mais, é das menos graves comparativamente com processos, com outros processos, criminais, etc. Aqui assim, a intervenção do senhor eleito Tomás, Tomás Santos. A certa altura pareceu-me que ele fez a referência ao secretário de estado, até ao processo criminal. Lá que é arguido, mas depois a questão criminal desta forma. Está bem, mas se eu depois for acusado, olha, paga. E deu-me a ideia que é, é adepto daquela metáfora do Brasil que é a tiritica rouba, mas faz, não é? Que anda muito em voga. Rouba mas faz. Deu-me a ideia que é um bocado adepto dessa, dessa coisa. Portanto o que tem de ficar claro, o que tem de ficar claro, é que a multa foi paga porque a lei decorre assim. Uma infração grave e o município não foi, não foi prejudicado por causa do pagamento das multas. Outra coisa que ficou claro e o senhor Samuel, o senhor eleito Samuel Cruz quis fugir mas não conseguir fugir, não é? É que afinal também esteve no processo, também foi notificado, também foi multado e só não pagou a multa porque prescreveu. É tudo isto. Está no acórdão.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Senhor eleito Armando Farias. Podemos dar passos no, nesse segmento final, na nossa reunião, neste terceiro ponto da nossa reunião. Senhor presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Muito obrigado senhor presidente. O, o senhor presidente da Assembleia pediu para proceder a dois ou três esclarecimentos. Terá os correspondentes minutos. Faça favor de usar a palavra.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, são necessariamente alguns apontamentos breves. Porque creio que as questões estão claras. E a primeira, estou-me a referir aos pontos, mas a primeira, é do que está a ser colocado, que eu disse no início, eu pedi opinião à mesa ou não se tinha convocado esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Com as reservas em relação à determinação de um terço. Porque para nós, e sempre entendemos na vida pública dessa forma, estamos disponíveis, sempre estivemos, em 24 anos que exerci funções executivas. 8 como vereador e 16 como presidente da Câmara. Do cabal esclarecimento e do debate político. Porque se fosse, já foi dito e bem, se fosse para formalmente debater ou apreciar a atividade que não diz respeito a este órgão. Não estaríamos disponíveis. Eu não estaria disponível. Mas era o que faltava que não houvesse o espaço para no quadro deste inusitado requerimento do PS, para esclarecer o que,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

é sempre importante esclarecer, embora, estejamos a falar de matéria já foi dito e bem, que aqui estiveram presentes, estiveram presentes do executivo municipal e na Assembleia Municipal, ao longo destes mandatos, quer comigo enquanto presidente da Câmara, quer nas actuais funções enquanto presidente da Assembleia Municipal. Bom. E no que se refere aos contratos de empréstimo da Caixa Geral de Depósito que consta da auditoria do Tribunal de Contas, em 2011. O entendimento da Câmara foi que não foi cometida qualquer ilegalidade. E foi assim, e foi assim, que a Câmara respondeu e fundamentou. Aliás, do que, como até o requerimento refere, porque é retirado da auditoria, do que, em concreto aconteceu, o que em concreto aconteceu foi que, de facto, houve três contratos que foram prorrogados por a venda e por acordo entre a Câmara e a Caixa Geral de Depósitos em relação ao chamado período de carência, portanto o pagamento da amortização, por um período que até creio que inicialmente, fazendo de memória, eram dois anos depois ficou num e pagou-se, claro, a respetiva comissão. E, e, não houve alteração nem do montante do contrato, nem em relação a todos os termos do contrato. Claro que o presidente da Câmara, despachou com base numa proposta. E aqui apenas uma referência que não, digamos, significa qualquer, digamos, dificuldade de esclarecimento, mas os senhores sabem que em relação a estas irregularidades administrativas, há uma diferença no quadro legal? Porque já se falou aqui de membros do governo. Em relação aos membros do governo, desde o primeiro ministro aos ministros e aos secretários de estado que por lei de 1933, do tempo do Salazar não lhes são imputadas por irregularidades administrativas ou fiscais. Processos de aplicação de sanções, portanto, de multas, a responsabilidade é técnica mas não, os autarcas têm uma, não têm... É o mesmo quadro legal do tempo do Salazar, vejam bem. 1933. Ou seja, o que é que eu quero dizer com isto? Os ministros não pagam multas, se tiverem uma irregularidade e os secretários de estado não pagam multas e os autarcas pagam. Aliás, já por duas vezes e o orçamento de estado, recentemente, uma disposição para ser regulamentada e não foi regulamentada. A Associação Nacional de Municípios, nós não nos... mas o tratamento tem de ser, de facto, uniforme. Bom, e neste caso, neste caso, neste caso, em relação, portanto, ao contrato da Caixa Geral de Depósito, o entendimento foi, do âmbito da competência delegada do presidente da Câmara para a regularização da despesa até ao montante de 748 mil euros. Para nós, não houve infração. E foi o que dissemos ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas tem outro entendimento. É o Tribunal de Contas que decide, porque é Tribunal. Pronto. Claro que sim. É evidente. Bom. Nós não adiantámos 300 mil euros. E nem houve nenhum prejuízo para o erário público. Porque são os autarcas que pagam as multas do bolso. Já vimos que haverá aqui casos em que isso não aconteceu porque prescreveram, não é? Bom. Em relação aos contratos de financiamento relativos, referentes ao plano de consolidação orçamental, foi uma excelente opção da Câmara Municipal que levou ao quadro de sustentabilidade orçamental e financeira. E sobre essa matéria, também temos opinião diferente, sustentada tecnicamente. Bom, o Tribunal de Contas teve outra, mas a da Câmara é que a inscrição no orçamento da receita do valor dos empréstimos, ocorreu imediatamente após a adjudicação das propostas, foi aprovada pela Câmara Municipal, adiantando, sei os tais, 17 de maio e pela Assembleia Municipal a 24 de maio pelo que não se considera violado a alínea d) do ponto 3. 3 do POCAO. Porque o Tribunal de Contas diz que foi violado o POCAO. O entendimento da Câmara é que não. Suportado tecnicamente. Ou seja, o Tribunal é Tribunal e decide. Mas quantas vezes é que os Tribunais não têm razão. Mas quanto a esta matéria que se quer comparar com outros casos que nós, aqui, não comentamos. Porque já foi aqui referido e não entramos nisso. Mas, de facto, o Partido Socialista tem uma coisa espantosa neste requerimento. E em relação, portanto, ao atual presidente da Assembleia Municipal, ex-presidente da câmara Municipal do Seixal, é que em 24 anos de exercício da atividade autárquica, des-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

cobriu duas irregularidades. Duas irregularidades administrativas, não é? Que significaram nenhum prejuízo para o erário público, tanto num caso como noutra eu diria, em benefício do erário público e portanto, o que estamos aqui a falar, é, de facto, digamos, de, estar a querer fazer, de atos de gestão, bom, não fazemos sempre tudo bem, é verdade, não é? E onde, em termos de escrutínio, significou e significa, para as Câmaras Municipais e para a Câmara Municipal do Seixal, uma inspeção regular. Porque faz parte das normas da IGF ou do Tribunal de Contas. Portanto essa coisa se haverão mais coisas, é pá, de facto, isso, eu diria que, eh, eh, não é justo dizer-se aqui. Se há quem seja inspecionado são as Câmaras Municipais e foi o Presidente da Câmara, enquanto presidente da Câmara. Pronto. É claro que, nós, também refletimos o funcionamento da Assembleia. Achamos que podemos e devemos melhorar, não é? Que o que deve presidir são os interesses do Município. Devem presidir o respeito por todos. Deve presidir a democraticidade da Assembleia Municipal. Portanto, não me revejo na acusação de conduta de permanente conflito, desrespeito e parcialidade. Já nos conhecemos há muito tempo. Muitos de nós. E sabem que a minha postura nunca foi, enquanto autarca, essa. Foi de ouvir as pessoas. Foi do diálogo. Foi do respeito. Foi da consideração. Todos os que estão aqui nesta sala, sabem isso. Eu creio que sobre isso não há qualquer dúvida, não é? Bom, podemos e devemos melhorar, todos. Dignificar a Assembleia Municipal e, acima de tudo, responder às legítimas expectativas da população que nos elegeru. Da minha parte, se me excedi em algum momento, que pode ter acontecido. Também refleti isso, mas creio que é importante todos refletirem em conjunto. O que é fundamental é que esta Assembleia Municipal seja um órgão democrático, e plural e um órgão de eleitos que respondem e, perante a sua população e contribuem para o progresso do concelho. Passei um bocadinho o tempo senhor primeiro secretário. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado pelos seus esclarecimentos prestados à Assembleia. Tem a palavra o senhor eleito Samuel Cruz para a intervenção final relacionada com este ponto. Faça favor de usar a palavra.

Samuel Cruz do PS disse: “Muito obrigado e não tenho muito tempo para o que eu quero dizer. Vou tentar ser telegráfico. Em primeiro lugar, dizer que não há aqui nenhum, qualquer tipo de dupla tutela. O que nós fazemos aqui é política. Apesar, e com muita pena minha, o senhor presidente da Assembleia Municipal, por vezes utilizar o termo “fazer política” de uma forma pejorativa. Ainda na entrevista que deu acerca deste assunto, o que parece que quer fazer é política. O PS não só quer fazer política como só pode fazer política, que é aquilo que todos nós estamos aqui a fazer. Primeiro ponto. E nessa cena, esclarecer que o que está aqui em causa não é o eleito Alfredo Monteiro. Nada de pessoal nos move. O que está aqui em causa é o presidente da Assembleia Municipal e são coisas diferentes. E, é colocado da seguinte forma: o presidente da Assembleia Municipal é quem representa esta Assembleia. Na medida em que quem representa esta Assembleia devemos escolher aquele que está melhor preparado para o fazer. E o que o PS aqui vem dizer é: “será o único de nós que foi condenado por ilícitos financeiros na prática de um mandato autárquico, o melhor de nós para representar aquilo que todos nós representamos não, não é. E reafirmo senhor eleito Farias, que mentiu aqui. Como toda a primeira fila ainda agora. E o senhor presidente da Câmara se quiser pode fazê-lo. Ouviu o senhor presidente da Câmara comentar para a vereador que, de facto, o eleito Samuel Cruz não foi multado nesse processo. Foi ouvido em sede de interessados, com um projeto de multa que não foi concretizado. Nem podia ser, porque eu, de facto, não votei a favor. Percebe? E portanto, acerca disso, não há qualquer tipo de dúvida. Agora, aquilo que é preocupante. O que interessa, e isto até está a correr bem ou até estava a correr bem, é que de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

facto... todos e que isto corra pelo melhor. Mas o que me preocupa é que o presidente Alfredo Monteiro não interiorizou aquilo que estamos aqui a fazer hoje. Desde logo, um pequeno pormenor. Mas eu costumo dizer “a vida é feita de pequenas coisas”. Na última reunião de líderes, eu perguntei ao senhor presidente da Assembleia Municipal, o seguinte: “qual é um terço da Assembleia?” Quantos são, um terço da Assembleia?” E o senhor presidente da Assembleia Municipal não teve dúvidas. Disse que são 12. O assessor jurídico daqui não, não é mentira. Na última reunião de líderes? Por amor de deus senhor presidente. O Dr. João Coutinho disse: “são 12.”. E isto, desafio. O senhor presidente da Assembleia Municipal está a dizer que é mentira. Os senhores líderes estavam lá comigo. Isto foi ou não foi discutido? Ouviram... está a dizer os outros líderes. Disse. Disse que eram 12. E o João Coutinho disse que eram 12. E hoje vem aqui levantar, lançar lama, como dizia bem. Dizer: “aqueles tipos não sabem bem o que é que andam a fazer.” Não! Eu perguntei e você disse que eram 12. Mas mais! Aqui no princípio do mandato, nós pedimos apoio, foi o senhor, penso eu, que referiu isso, não é? Portanto, não é preciso. Foi aquilo que foi dito. Não é preciso. Porque, recorrem aos serviços da Assembleia, estão lá e ajudam-vos em tudo. Para não haver dúvidas acerca desta matéria, nós pedimos os relatórios, agora, para esta Assembleia, os relatórios de ações inspectivas e sentenças do Tribunal de Contas, à Assembleia Municipal. Sabem qual foi a colaboração da Assembleia Municipal, dos serviços? “Ah, vocês têm lá isso. Procurem!”. Cumprindo ordens do senhor presidente. Então mas que colaboração é que têm? Nunca revelaram. E mais. Não veio aqui dizer a verdade e vou-vos explicar porquê, se ainda tiver tempo para isso. Não foi apenas estas reclamações que aqui estão em causa. E isso tem a ver com idoneidade. Foi a primeira que eu me lembro, foi com a contratação dos advogados. Havia dois advogados na câmara. Uma que exigia receber 8 mil euros por mês e outro que recebia 6 mil euros por mês. Vieram aqui e perguntaram: “esta senhora é funcionária pública ou é avençada?” disseram: “Ah, essa senhora é avençada.” Então não tem problema. Toda a gente sabe que não se pagam horas extraordinárias a avençados. E portanto, aquilo que você lhe pagou de horas extraordinárias vai pagar o senhor. E toda a gente sabe que não se paga. Isto não é um ilícito qualquer. Toda a gente sabe que não se pagam horas extraordinárias a avençados. É evidente. E os que estão aqui há mais tempo sabem de que é que eu estou a falar. E esse senhor aí que ganha 6 mil euros por mês? O que é que é? Ah, como é que o contrataram? Não. Esse senhor contratámos a uma empresa de caça cabeças. E agora não há processo porque eles dizem que aquilo tem lá os currículos e é sigiloso e etc. .. Sabe qual é a sanção reintegratória do Tribunal de Contas? 400 mil euros. Sabem o que é que o presidente Joaquim Santos fez no primeiro, no primeiro mês de mandato? A advogada dos 8 mil euros foi-se embora. O advogado dos 6 mil euros, passou a avença de 6 para 3. Ainda cá está a trabalhar. Novo prejuízo, com este tipo de gestão anterior? Claro que houve. Não houve este processo? Claro que houve. Pagou multa? Pagou multa. Mas hoje esqueceu-se aqui. Não é? Pronto. Mas há mais. O que nós aqui dissemos, aos, até *en passant* falámos nos serviços, mas isso é o mais importante. Não houve prejuízo naquilo? Claro que houve. Quando os contratos foram negociados e isso diz-se na decisão, foi também renegociado, as condições do contrato, e pagámos mais dezenas de milhares de euros e isso não veio aqui à fiscalização desta Câmara. É este tipo de questões que estão em causa. Portanto, o que o PS aqui quis dizer é que o PS aqui tem, são duas questões e de facto eu não quero meter mais o dedo na ferida. Acho que não vale a pena. Mas podia haver mais. Vou dizer uma. Porque há as ilegalidades e há as trapalhadas. E eu também senti as trapalhadas no pêlo. Vamos lá ver, não há almoços grátis. Não há bilhetes para a bola grátis. Não há nada grátis neste país, não é? E sabem do que é que eu estou a falar? Do Benfica. Não é? O Benfica há quem, há quem, veja sempre os jogos do Benfica no camarote presidencial. Aliás, vimos nos emails do Rui



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

Pinto, que tinham lugar garantido. Não é? E eu uma vez disse uma coisa espantosa. Estava acabadi-nho de chegar. “O Benfica não paga água?” Sabe o que é que aconteceu? Lembra-se presidente? Chamou-me e disse: “Dizer mal do Benfica é muito grave. Se você volta a dizer mal do Benfica...” Não tinha dito mal, tinha dito a verdade. Não pagava água. Não pagava. Era verdade. “Tiro-lhe o pelouro.” É isto que está em causa. É o que está à vista e o que não está à vista. E o Partido Socialis-ta entende, entende que este não é o melhor presidente da Assembleia Municipal que podemos ter. Estamos no nosso direito. Todos vós estão no vosso direito de votar como quiserem, mas o voto é secreto. A ideia é fazer o que a vossa consciência dita. Aquilo a que se comprometeram pe-rante os vossos eleitores. Aquilo que, se os vossos eleitores estivessem aqui hoje fariam. Se os vos-sos eleitores diziam: “Ah! Pagou a multa, não se passa nada.” Não. Não é isso que as pessoas lá fo-ram pensam. Não é. Porque quem vai em excesso de velocidade e paga a multa, não deixou de ir em excesso de velocidade. Quem é burlão e é preso e paga a sua pena, não deixa de ser burlão e não deixou de ter a sua idoneidade posta em causa. Isto não é assim que funciona. E as eleições também não lavam mais branco. Em especial como aquilo que aqui já foi dito quando as eleições não são ganhas de uma forma limpa. E eu não diria isto, porque eu não embarco nessa coisa de que quem é arguido deve sair. O arguido é um estatuto para se defender. Mas coisa diferente é aquilo que é uma condenação. E... de facto, não interiorizou a condenação. O Tribunal de Contas condenou-o, multou-o. E ele vem aqui dizer que a câmara tem um entendimento diferente. O que é que isso interessa? Quem decide são os Tribunais. E é importante que quem pratica algo ilícito tenha a consciência desse ilícito e essa, de facto, não foi interiorizada. E é por isso que aquilo, e fi-nalizando, aquilo que acontece na Assembleia. Isto acontecia na Câmara e aconteceu repetidas ve-zes. Não aconteceu uma vez no mandato do Joaquim Santos. Não aconteceu. E aqui na Assembleia acontece repetidamente, este atropelo à legalidade também. Eu espero francamente, sinceramen-te, daqui para a frente, não continue da mesma forma. Mas, tem acontecido. E portanto, o resulta-do não é importante para o Partido Socialista. Mário Soares e Salgado Zenha diziam uma coisa, muito importante... “Derrotado, só é quem desiste de lutar.” Os eleitos do Partido Socialista nunca deixarão de lutar por uma democracia mais saudável no Concelho do Seixal. E termino com isto. Lustrem o vosso mandato. Mostrem que estão à altura daquilo que prometem em quem em vocês votem. A dicotomia é simples. Quem votar a favor da destituição está a dizer: “no concelho do Sei-xal, não compactuamos com ilegalidades. Não compactuamos com irregularidades.” E eu não diria isto se não tivesse sido condenado pelo Tribunal, mas foi. E não foi uma, não foram duas, foi três vezes. E também foi, senhor presidente, ao contrário daquilo que quis mandar para cima de mim e também foi pelos serviços. Não pagou porque foram prescritos. Eu não paguei porque não fui mul-tado. E, portanto, tomem isso em atenção. Pensem, quando forem colocar aquele votinho, a vossa cruz. O que é que as pessoas em que vocês votaram pensam disto? Disse.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito. Eu tenho uma ins-crição. Atenção. Deixem-me falar por favor. Eu tenho uma inscrição para efeito de pedido da hon-ra, defesa da honra do senhor presidente da Câmara também parece que fez essa solicitação. Se-nhor eleito Armando Farias penso que, que é também para esse efeito. É o terceiro. Tenha calma, tenha calma, é a terceira inscrição para este efeito. Não haverá mais inscrições para defesa da hon-ra? Como sabem, são 2 minutos a cada um como tempo máximo. Tem a palavra o senhor presiden-te da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Para a defesa da honra necessária. Para duas, três notas. São muito breves. A primeira que continuaremos a defender, a legalidade, num estado de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

direito democrático. E a legalidade, nesta Assembleia, que, muitas vezes o PS pretende ultrapassar. Aliás, as diferenças em certas... têm sido essas. Bom, mas isso, digamos, num caminho consensual, porque é esse o caminho que interessa, mas assim continuarei, na defesa da legalidade. Em nome da democracia, não é? Depois, a segunda nota, porque às vezes parece que se misturam as coisas, aqui, no Seixal, na gestão CDU, com todos os vários coletivos, presidentes de câmara e vereadores, não há burlões. Não há burlões. Nem ilegalidades, como aqui se quer fazer demonstrar. Bom. Não fizemos tudo bem. É verdade. Tivemos de corrigir coisas. Também é verdade. Mas é a nossa vida todos os dias. Mas não nos podem acusar do que quer que seja que parece que estão a acusar. Nem de ilegalidades nem do que muitas vezes infelizmente, acontece, e está a acontecer em vários pontos do país. A Câmara sempre defendeu o interesse público. E o presidente da Câmara, que é o que está aqui a ser visado, também. Finalmente. Nós não fechámos a questão do um terço. O eleito Samuel Cruz, vamos fechar com o Regimento. O eleito Samuel Cruz, numa reunião de líderes, fez o exercício de que um terço, ou seja, 37 a dividir por 3 é 12,3. E como na aritmética arredonda-se para 12. Como se um eleito se pudesse partir em 3 partes. Agora, a verdade, a realidade objectiva, por isso é que isto não está fechado é que 12 vezes 3 é 36. Não é 37. É isso que a gente tem de discutir na reunião de líderes.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Para o mesmo efeito, defesa da honra, o senhor presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Silva.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite. Eu considero muito pouco, muito pouco correto e de uma grande indecência, o senhor eleito Samuel Cruz, vir aqui assim invocar situações que nunca invocou anteriormente, metendo em causa o bom nome do antigo presidente Joaquim Santos. Acho, fez ali afirmações. Não. Não elogiou. Fez ali afirmações que, se queria dizer, dizia quando ele esteve aqui assim. Não é depois de ele sair que vem trazê-las aqui. Sabe muito bem o que disse. Está bem. Portanto penso que é muito pouco ética, a sua atitude.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Tinha tudo corrido muito bem. Penso que escusávamos de ter aqui este final assim tão teatralizado. Tem a palavra o senhor eleito Armando Farias, para efeito de defesa da honra.

Armando Farias da CDU disse: “Obrigado senhor primeiro secretário. Bem, defesa da honra porque o senhor eleito Samuel Cruz veio aqui dizer que eu menti sobre as questões que foram referidas. Oh senhor Samuel, é muito simples. Por muito que eu tivesse gostado, e não quis responder às primeiras interpelações, é muito simples. Está aqui nos documentos do Tribunal de Contas. Já disse mais do que uma vez qual é que é o acórdão e tudo. Está cá. Está cá o seu nome. Pode consultar, se quiser. Está aqui o seu nome. Está aqui. Responsáveis pela construção e arrendamento dos edifícios dos serviços operacionais e centrais. Responsáveis. E está cá o seu nome. E está aqui o seu nome. E depois está aqui que foi sancionado. Está aqui a multa. E depois diz que o senhor não pagou a multa porque prescreveu. Como outros colegas seus na altura. Está cá escrito. Está cá escrito. E, portanto, não vale a pena. Quer dizer, é público. Já disse o número do acórdão. Qualquer pessoa pode, pode, pode dizer e, portanto, o senhor, o senhor Samuel Cruz quis fugir à questão. Fiz-lhe a interpelação, não quis responder. Mas teve que dizer, teve que dizer, teve que dizer que afinal conhecia o processo. Não foi de agora pelos jornais como vem aí escrito. Conhecia o processo e quis esconder que foi sancionado, teve multa mas prescreveu a multa. Já agora. Também quero dizer o seguinte: porque como isto das infrações toca a todos, a senhora presidente da Câmara de Almada também foi agora em 2021 sancionada. Simplesmente ela delegou a compe-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

tência, ela delegou a competência numa secretária geral dos serviços da câmara e também prescreveu. Se não também era sancionada. Portanto isto ocorre. E os senhores, portanto, estão a mentir. Os senhores é que estão a mentir. Não sei se está a ver. Porque estão a querer, estão a querer... Sim. Estão a querer ignorar isto. A defesa da honra são 2 minutos. Começou às 23 e 21, são 23 e 27.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Faça favor de terminar.

Armando Farias da CDU disse: “É apenas isso. Por muitas voltas que os senhores deem. Por muitas voltas que os senhores deem, quem aqui decide é a população e a população tem sido sufragada pelo projeto autárquico da CDU, isso é que os incomoda.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Faça favor.

Samuel Cruz do PS disse: “A intervenção é efetivamente uma defesa da honra e não demorará mais de dois minutos, se bem que tenho de dizer uma coisa no início que é elogiar o senhor eleito Américo Costa pela forma como dirigiu esta Assembleia. Foi, de facto, isenta, democrática e correu bem. Tenho de dizer isto, ainda um bocadinho mais acesa no fim. Mas também faz parte. Dito isto, dizer o seguinte: O Presidente Alfredo Monteiro disse, não houve ilegalidades. E isto é que é grave. Como é que alguém...então, era tudo legal, porque é que o Tribunal de Contas o condenou? Vamos lá ver, não há condenações se não houver ilegalidade. Isso é claro. Mas o não interiorizar isto, é grave. Porque se persiste no erro. Pronto. Primeira coisa. Segunda:... o presidente da Câmara eu não percebi. Porque eu elogiei o Joaquim Santos. Acho que todos ouviram. Se calhar não me expressei bem. Eu disse: “Este tipo de ilícitos não aconteceu no mandato do Joaquim Santos. Pelo menos até agora.” E disse: “pagava a uma advogada que recebia 8 mil euros. Ele mandou-a embora. E um que recebia 6 mil passou a receber 3 mil e continuou cá a trabalhar.” Isto na minha terra é um elogio, não é, eu acho que elogios ainda posso fazer quando o próprio não está presente. Finalmente, o Armando, fez chegar o processo, está a ver mal, mas é natural, não é jurista. Há uma coisa que se chama audiência de interessados em direito administrativo. Faz-se uma proposta de decisão e depois diz-se aos interessados “digam lá o que têm a dizer disto.” Olhe, eu achei tão tonto que acho que nem me pronunciei. Mas depois a decisão não me contempla a mim, contempla os seus colegas.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Para registo destas últimas defesas da honra fugiram um bocadinho ao, ao, à evidente defesa da honra. Bom, mas, então temos o debate produzido e vamos fazer a respetiva votação. Como sabem a votação é por voto secreto. Vai ser distribuído um boletim de voto. Vai ser distribuído, não. Está à disposição dos senhores eleitos, quando forem chamados, um boletim de voto que diz: “ponto 3.1, requerimento do grupo municipal do PS – proposta de destituição do presidente da Assembleia Municipal.” Um quadrado para voto a favor e um quadrado para voto contra. E os senhores eleitos procederão à sua opção e depositarão o respetivo boletim na urna. Os eleitos vão ser chamados pela senhora secretária e têm ali, têm ali à frente, a respetiva mesa para proceder à, à votação. O senhor eleito deseja? Usar a palavra para?... Não ouço. Faça favor de usar. Isto é concurso, como se costuma dizer.

Armando Farias da CDU disse: “Solicitava que fosse dito outra vez, em relação ao procedimento da votação, porque parece-me que não ficou claro para todos os eleitos.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Boletim de voto. Vou repetir, o que está aqui escrito. Assembleia Municipal do Seixal. Boletim de voto. Ponto III.1. Requerimento do grupo munic-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

pal do PS. Proposta de destituição do presidente da Assembleia Municipal. Um quadradinho para os senhores eleitos poderem votar a favor e um quadradinho para os senhores eleitos poderem votar contra. E depois deste, desta vossa opção, depositarão o voto na urna que está acolá à vossa frente. Há uma mesa lateral onde podem fazer a respetiva opção escrevendo. E portanto, a senhora segunda secretária vai chamando os senhores eleitos e um a um, como é habitual, virão, virão depositar o vosso voto.

A 2ª Secretária da Assembleia Municipal disse: “Armando Costa Farias. Prepara o eleito Carlos Alberto de Sousa Pereira. A eleita Catarina dos Santos Teixeira. Fernando Júlio da Silva e Sousa. Manuel Francisco Guerreiro. Maria João Fortes de Matos Louro. Maria Manuela Palmeira Calado. Maria Odete Jesus Filipe. Nuno Filipe Oliveira Graça. Rafael Fortes Louro. Ana Maria Ferreira Jorge. Fátima [impercetível] Soares de Carvalho. Isabel da Conceição Abreu Reboata Ancas. João Diogo Fernandes Leal. Joaquim Gomes Carvalho Cabral. José António Geraldês Dias Ramos. Rui Miguel Santos Ferraz. Samuel Pedro da Silva Cruz. Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete. Telma Cristina Lopes de Lima. Tomás Baptista Costa dos Santos. David Miguel Martins. Maria Luísa Marques da Gama. Filipe Miguel Lança Belchior Pereira. Isabel Maria Filipe da Cruz. Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo. Nuno Emanuel Monteiro Capucha. Henrique Martins Rodrigues. Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário. Ivo Filipe Baptista Gomes. Manuel Ferreira Araújo. Hugo Ricardo Monteiro Constantino. Rui Miguel Pereira Santos. Maria João Filipe Costa. Américo Augusto Oliveira da Costa. Alfredo José Monteiro da Costa. E eu, Vanda Patrícia Machado Carvalho.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Portanto, iremos proceder à contagem dos votos. Os grupos municipais poderão indicar o respetivo representante para efeitos de verificação da contagem. Façam favor. Então, se fizerem favor de se colocarem nos lugares para procedermos ao início da votação. Então a contagem, apresenta-nos 13 votos a favor, 19 contra, 4 brancos e 1 nulo, pelo que o requerimento do grupo municipal do PS, proposta de destituição do presidente da Assembleia Municipal foi rejeitado. Não. Podiam evitar essas manifestações. Deviam evitar essas manifestações. Não é comum e temos tido, em situações semelhantes, a palavra de evitar essa situação. Só um momento por favor. Nós temos agora, declarações de voto que os senhores eleitos poderão fazê-las ou anunciá-las. Não sei se o senhor deputado, se o senhor eleito Tomás Santos é para esse efeito. Então temos, Tomás Santos, Mário Macedo. Então tem a palavra o senhor eleito Mário Macedo.

Rejeitada a Deliberação nº 52/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Votos a favor: 13

Votos Contra: 19

Branco: 4

Nulos: 1

Mário Macedo do BE disse: “O nosso ponto de ordem é uma questão, uma vez que se tratou de voto secreto, é possível haver declarações de voto. Não nos parece que seja possível fazer declarações de voto uma vez que todos os votos foram em urna.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Faça favor de usar a palavra, senhor eleito Tomás Santos.

Tomás Santos do PS disse: “Senhor presidente, concordo com o que disse o eleito Mário. Eu queria apenas só, trazer um ponto de ordem à mesa porque enquadra-se na figura regimental, só para dizer que, ficamos contentes com o processo, porque a democracia aconteceu. Esperamos que, a partir de agora as coisas corram da melhor forma e que isto seja um momento de celebração da democracia e que possa durar o resto do mandato. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, senhor eleito. Antes de darmos a palavra a mais um, ao senhor Armando Farias, penso que arrumamos o assunto que não há declarações de voto. Faça favor.

Armando Farias da CDU disse: “Oh senhor primeiro secretário. Usando a figura regimental que usou o senhor Tomás Santos, também é para dizer que congratulamos com esta votação. Vigora a democracia no concelho do Seixal e apenas uma sugestão: agora os eleitos do PS têm tempo, está isto arrumado, têm tempo para dedicar a fazer requerimentos em relação aos seus eleitos que têm processos criminais, também no sentido de os destituir. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Este ponto está encerrado. Escusamos de entrar numa situação de exercícios de estilo. Este ponto fica encerrado. Abrimos o ponto seguinte que diz respeito à minuta da ata. Pressuponho que consideram a minuta da ata aprovada. O senhor eleito Samuel Cruz deseja usar a palavra para?

Samuel Cruz do PS disse: “Isso é hábito, mas é um mau hábito. Para a minuta da ata ser votada, é necessário que se leia a minuta da ata. Eu explico porquê. Na minuta da penúltima Assembleia Municipal, nós votámos assim, mas a verdade é que a minuta da ata, talvez do nosso ponto de vista, é falsa. Porque diz uma coisa muito simples, que é, que foi o PS que pedi u para votar a urgência daquela alteração. E isso não é verdade, como vocês viram, eu até fiz um, um, um, um recurso dessa decisão do presidente da mesa. E portanto, é disparatado, quer dizer, aqui não é querer tomar, querer criar dificuldades. Estarmos a votar um documento que objetivamente não sabemos o que é que diz, não faz sentido. E, portanto, de hoje para a frente, que se leia a minuta e que se vote em consciência com aquilo que lá está escrito. Outra coisa não faz sentido.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: Muito obrigado, senhor eleito. Certamente avaliaremos, avaliaremos isso na próxima reunião de líderes. Positivava, positivar bem essa matéria.

III.18. Minuta da Ata. Aprovação.

Aprovada a Deliberação nº 53/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 09/2022

5.ª Sessão Extraordinária – 10 de novembro de 2022

- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Mas então, consideramos a ata aprovada. A minuta da ata aprovada. E com isto, damos por encerrada a nossa reunião. Muito obrigado a todos e bom trabalho.”

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca das 23:56 horas do dia 10 de novembro.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: